

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	7
5.3 - Descrição - Controles Internos	10
5.4 - Programa de Integridade	12
5.5 - Alterações significativas	16
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	17

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	18
10.2 - Resultado operacional e financeiro	43
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	46
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	47
10.5 - Políticas contábeis críticas	49
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	54
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	55
10.8 - Plano de Negócios	56
10.9 - Outros fatores com influência relevante	60

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

Adotamos uma Política de Gerenciamento de Riscos, conforme aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de agosto de 2020 ("Política de Gerenciamento de Riscos"), que visa definir as principais etapas dos trabalhos de avaliação e gestão de riscos para nós e nossas controladas, se houver. A Política de Gerenciamento de Riscos encontra-se disponível para consulta: (i) em nossa sede social; (ii) no nosso website (www.compassbr.com); e (iii) no website da CVM (cvm.gov.br).

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A nossa Política de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo identificar, avaliar e monitorar os riscos inerentes às nossas atividades, por meio do mapeamento e avaliação de riscos, identificação de oportunidades e apoiando o negócio no atingimento dos nossos objetivos.

(i) riscos para os quais se busca proteção

Todas as nossas atividades comportam algum risco decorrente de ameaças potenciais que possam vir a prejudicar, impedir, dificultar ou interferir na consecução de nossos objetivos. Os principais riscos para os quais buscamos proteção são:

Riscos Estratégicos estão associadas à tomada de decisão da alta administração e podem gerar perda substancial no valor econômico da organização. Além disso, podem ocasionar impacto negativo na nossa receita ou no nosso capital em consequência de um planejamento falho, da tomada de decisões adversas, e mudanças em nosso ambiente de negócio.

Riscos Operacionais estão associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de produção, ativos, clientes, receitas) resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos como catástrofes naturais, fraudes, greves e atos terroristas. Os riscos operacionais geralmente acarretam redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades, com impacto negativo na nossa reputação, além da potencial geração de passivos contratuais, regulatórios e ambientais.

Riscos Financeiros são aqueles associados à exposição das operações financeiras da organização, segregados em:

- Câmbio: associado à volatilidade do mercado e pode nos afetar quando tiver ativos ou passivos atrelados à moeda estrangeira.
- Juros: também associado à volatilidade do mercado. Podemos, eventualmente, contratar dívidas e derivativos indexados a taxas de juros fixos ou flutuantes, porém, alterações na percepção de risco dos agentes do mercado podem gerar volatilidade nas curvas de juros e, desta forma, aumentar as nossas despesas financeiras.
- Liquidez: situação em que encontramos dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com nossos passivos financeiros.
- Crédito: associado às contrapartes que podem, eventualmente, deixar de honrar seus compromissos e obrigações.

Riscos de Conformidade (Compliance) aqueles associados à exposição a não cumprimento de leis e regulamentos emitidos pelos governos centrais e locais assim como regulamentos emitidos por entidades reguladoras ou mesmo de natureza interna. Estão associados a prevenção de lavagem de dinheiro, integridade, entre outros.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(ii) instrumentos utilizados para proteção

Mantemos estruturas dedicadas à gestão dos riscos operacionais e estratégicos, como área de Controles Internos, Gestão de Riscos, SSM (Saúde, Segurança e Meio Ambiente), e as utilizamos como instrumento para proteção. Tais áreas operam concomitantemente a sistemas operacionais sofisticados com recursos de segurança específicos, tais como bloqueio de acessos a sistemas chave, parametrizações pré-determinadas de segregação de função na execução das atividades, log de atividades dentro do sistema, entre outros que buscam a mitigação desses riscos.

O risco nunca pode ser eliminado por completo, no entanto, para definição das tratativas, a avaliação dos riscos é feita de forma conjunta, envolvendo tanto as áreas mencionadas, como também a Diretoria, responsável pelo processo em que o risco foi identificado, avaliando o grau de impacto versus probabilidade de ocorrência para cada risco identificado, para então definir-se o melhor instrumento de proteção, que podem ser:

(i) **evitar**: quando se elimina o fato gerador do risco, por exemplo, descontinuando determinado processo ou saindo de mercado específico.

(ii) **reduzir**: quando são aplicáveis os controles internos (ex. aprovação, revisão, segregação de funções, reconciliação, perfis de acesso etc.) para que o dano potencial do risco seja substancialmente reduzido.

(iii) **compartilhar**: quando o risco é dividido com uma contraparte externa à nossa. Exemplos de compartilhamento de riscos são as operações de hedge (moeda estrangeira, preços, juros) e apólices de seguro.

(iv) **aceitar**: quando o impacto versus probabilidade do risco é considerado irrelevante, toma-se a decisão de aceitar o risco, pois o custo da ação de controle seria maior do que o próprio risco potencial envolvido.

Dentre os principais instrumentos que utilizamos na gestão de nossos riscos, podemos apontar:

Riscos Estratégicos: monitoramos constantemente nossos gastos e mantemos mapeados todos os nossos processos internos, a fim de buscar melhorias. Ademais, mantemos contingências de acordo com as regras contábeis.

Riscos Operacionais: entendemos que a adequada gestão do risco operacional está diretamente relacionada com o comprometimento de todos os nossos colaboradores e nesse sentido investimos constantemente na disseminação da cultura de risco operacional. Além de um alto padrão ético na condução dos negócios em todos os níveis da nossa organização, busca-se incutir entre seus colaboradores uma consciência preventiva, mitigando a nossa exposição aos riscos operacionais.

Riscos de Conformidade (Compliance): identificamos os pontos críticos da nossa atividade que devem ser tratados com prioridade, fornecendo subsídio para que sempre esteja em conformidade com a disposição das normas, evitando, assim, possíveis prejuízos pelo não cumprimento das mesmas.

No âmbito de Riscos Financeiros há instrumentos específicos de proteção classificados abaixo:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Tipo de Risco	Instrumento de Proteção
Câmbio	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Non Deliverable Forward (NDF)</i> • <i>Swap</i> • Contrato Futuro de Câmbio • Contrato de Câmbio • Contrato de Opções de Compra e/ou Venda de Moeda Estrangeira • Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Estrangeira
Juros	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Swap</i> • Contrato Futuro de Taxa de Juros
Liquidez	<ul style="list-style-type: none"> • Caixa e Equivalentes de Caixa aplicados em títulos de renda fixa de curto prazo • Contratação de limites para saque (<i>Standby Credit Facility</i> e Conta Garantida)
Crédito	<ul style="list-style-type: none"> • Caixa e Equivalentes de Caixa aplicados em títulos públicos e instituições financeiras consideradas <i>investment grade</i> em escala nacional pelas agências de rating Standard & Poors, Fitch e Moody's • Contratos de Derivativos negociados com instituições financeiras consideradas <i>investment grade</i> em escala nacional pelas agências de rating Standard & Poors, Fitch e Moody's

O entendimento dos riscos e adoção de ações como resposta é de responsabilidade de todos os nossos gestores.

Todos os assuntos ou dúvidas relacionadas a riscos, relevância e controles devem ser esclarecidos junto à nossa área de Controle Internos.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Seguindo o modelo de “Três Linhas de Defesa”, o gerenciamento dos Riscos deve ser realizado sob a responsabilidade dos órgãos de governança, gestores e responsáveis diretos pelos processos, conforme descrito abaixo.

Compete ao Conselho de Administração:

- aprovar as políticas, diretrizes, matriz de Risco, limites de exposição e impactos conforme apresentado pela Diretoria e recomendado pelo Comitê de Auditoria;
- fornecer à Diretoria, quando necessário, sua percepção do grau de exposição a Riscos que a Companhia está exposta (visão do acionista) e influenciar na priorização dos Riscos a serem tratados;
- avaliar, quando necessário, mudanças nos limites de exposição de Riscos que tenham sido aprovados pela Diretoria; e
- avaliar, por meio do Comitê de Auditoria, a adequação da estrutura operacional e de controles internos para o gerenciamento de Riscos anualmente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Compete à Diretoria da Companhia:

- aprovar as diretrizes, matriz de Risco, determinando os limites de exposição, impactos e a tolerância de exposição aos Riscos;
- definir a estrutura para o sistema de gerenciamento de Riscos dentro da Companhia;
- definir, em conjunto com a área de Controles Internos, os planos de ação para mitigação dos Riscos;
- supervisionar o processo de avaliação de Riscos e monitorar a evolução da exposição aos Riscos e os sistemas de gerenciamento de Risco; e
- disseminar a cultura da gestão de Risco em toda Companhia.

Compete ao Comitê de Auditoria:

- opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;
- avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de Controles Internos da Companhia;
- avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e
- possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Compete aos gestores das áreas de negócio e responsáveis diretos pelos processos, como primeira linha de defesa, com reporte para a Diretoria:

- identificar e gerenciar os Riscos das respectivas áreas de negócio e processos de acordo com os limites de exposição de Riscos;
- comunicar, tempestivamente, à área de Controles Internos da Companhia, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação dos limites de exposição de Risco; e
- implementar e acompanhar os planos de ação para mitigação de Riscos e acompanhar as ações corretivas nas respectivas áreas e processos.

Compete à área de Controles Internos da Companhia, que não acumula cargos com outras áreas de atividades operacionais da Companhia, como segunda linha de defesa, e a qual se reporta diretamente para a Diretoria:

- administrar o sistema de gerenciamento de Risco;
- fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda;
- fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de Riscos;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- apresentar percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado;
- propor limites para exposição aos Riscos e sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao Risco;
- supervisionar o processo de avaliação de Riscos em conjunto com a Diretoria e assegurar monitoramento constante de Riscos de fontes externas, com visão prospectiva sobre os Riscos emergentes;
- acompanhar a Diretoria na implantação da Política de Gerenciamento de Riscos por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas;
- avaliar os Riscos associados a certos projetos estratégicos, parcerias ou transações de fusões e aquisições;
- cumprir os limites de Riscos aprovados pelo Conselho de Administração;
- comunicar, tempestivamente, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas;
- assegurar as informações disponibilizadas à Diretoria sobre Riscos ou incidentes, bem como coordenar o sistema de gerenciamento dos Riscos em momentos de crises em caso de grandes acontecimentos; e
- propor treinamentos para as áreas envolvidas sobre metodologia, conceitos e cultura de gestão de risco.

Compete à área de auditoria interna da Companhia, como terceira linha de defesa, vinculada diretamente ao Conselho de Administração:

- (a) aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de Riscos da Companhia, sugerindo alterações ao Conselho de Administração e à Diretoria, quando necessário;
- (b) fornecer, quando solicitado, informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem;
- (c) apresentar, quando solicitado, sua percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado; e
- (d) propor limites para exposição aos Riscos à Diretoria.

(c) adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

Nossa administração e diversos órgãos monitoram e avaliam, por meios que consideramos adequados, se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos.

Em vista de nosso porte, riscos correspondentes e volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo, entendemos que nossa estrutura operacional atual para verificação da efetividade de nossas atividades de gerenciamento de riscos é adequada.

Conforme informado na Seção 12.1, possuímos Comitê de Auditoria estatutário, vinculado ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento. Ademais, a Companhia divulga, anualmente, relatório resumido do Comitê de Auditoria contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas pelo Comitê ao Conselho de Administração.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Por fim, entendemos que a estrutura operacional e de controle internos é adequada para verificar a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Não adotamos uma política específica de gerenciamento de riscos de mercado, no entanto, a Política de Gerenciamento de Riscos aprovada em 28 de agosto de 2020 pelo Conselho de Administração e descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência, traz o processo de gerenciamento de riscos de uma maneira geral, incluindo dos riscos de mercado a serem avaliados e monitorados.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos para os quais buscamos proteção, incluindo riscos de mercado, estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual estamos expostos e que possa impactar negativamente o alcance de nossos objetivos e de geração de valor.

Os principais riscos de mercado para os quais buscamos proteção são:

(i) Risco de mercado: O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

Utilizamos derivativos para administrar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela Política de Gerenciamento de Riscos. Geralmente, procuramos aplicar a contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

(ii) Câmbio: exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em Dólar. A sensibilidade do resultado às mudanças nas taxas de câmbio decorre principalmente de instrumentos financeiros denominados em dólares.

Um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação aos dólares americanos em 30 de junho de 2020 teria afetado a mensuração de instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e o patrimônio líquido afetado e o resultado.

(iii) Juros: Monitoramos as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas com os empréstimos e usamos os instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis.

(iv) Preço: A partir de janeiro de 2020, ingressamos no mercado de trading de energia, com o objetivo de auferir resultados com as variações de preço de energia, dentro dos limites de risco e de contrapartes pré-estabelecidos pela Administração, nos expondo ao risco de preço desta commodity.

• Posição patrimonial e ganhos não realizados em operações de trading de energia, líquidos

As operações de trading são transacionadas em mercado ativo e reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, com base na diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das contratações em aberto na data do balanço.

Este valor justo é estimado, em grande parte, nas cotações de preço utilizadas no mercado ativo de balcão, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em menor parte, pelo uso de técnicas de avaliação que consideram preços estabelecidos nas operações de compra e venda e preços de mercado projetados por entidades especializadas, no período de disponibilidade destas informações.

(b) Crédito: As operações regulares nos expõem a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. Procuramos mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, ainda estamos sujeitos a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper as operações.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(c) Risco de liquidez: A nossa abordagem em administrar a liquidez é assegurar liquidez suficiente para cumprir os passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação.

(ii) estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Não possuímos uma política formal de contratação de instrumentos financeiros derivativos, mas utilizamos derivativos de taxa de juros e câmbio, dentro dos limites aprovados pela nossa administração, com o propósito de proteção (hedge) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros. Possuímos hedge cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os instrumentos de proteção que contratamos são swaps de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Além disto, realizamos operações com instrumentos financeiros Non-Deliverable Forward – NDF, não especulativos, com o objetivo de minimizar os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio do saldo a pagar em dólares norte-americanos a determinados fornecedores de matéria-prima internacionais. Tais instrumentos são utilizados para mitigar apenas o risco associado aos contratos por nós celebrados e que estabelecem um preço de venda fixo.

(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não possuímos parâmetros objetivos para o gerenciamento dos riscos aos quais estamos expostos, pois entendemos que a baixa complexidade de tais riscos permite seu adequado gerenciamento sem uma formalização de critérios objetivos específicos.

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

Operamos instrumentos de derivativos de taxa de juros e câmbio para fins de proteção patrimonial.

(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Nossa estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos segue o modelo de “Três Linhas de Defesa”, no qual o gerenciamento dos Riscos deve ser realizado sob a responsabilidade dos órgãos de governança, gestores e responsáveis diretos pelos processos.

Para mais informações a respeito das responsabilidades específicas e estrutura hierárquica de nossa estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos, veja a Seção 5.1(b)(iii) deste Formulário de Referência.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Entendemos que a estrutura operacional e de controle internos é adequada para verificar a efetividade do gerenciamento de nossos riscos de mercado e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Implementamos e mantemos práticas e sistemas de controles internos que buscam fornecer aos nossos acionistas maior segurança sobre a confiabilidade de nossas demonstrações contábeis e demais demonstrações financeiras.

Os processos e sistemas de controles internos que adotamos baseiam-se, principalmente, em identificar os fatores de risco e suas implicações na persecução de nossos objetivos. Para isso, nosso processo consiste basicamente em avaliarmos periodicamente o potencial de impacto e probabilidade de ocorrência de tais riscos, considerando ainda os limites de risco que estamos dispostos a incorrer na busca por retorno e geração de valor. Os processos relacionados com nossa gestão de riscos de compliance encontram-se detalhados na Seção 5.4.

Adicionalmente, como ação para aperfeiçoarmos constantemente nossos níveis de controle, nosso Comitê de Auditoria elabora, anualmente, relatório resumido de suas atividades, que é divulgado pela Companhia, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, destacando ainda as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

Consideramos nossas práticas de controles internos eficientes e adequadas ao nosso porte e à complexidade de nossas atividades.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Possuímos um Comitê de Auditoria estatutário que, nos termos de seu Regimento Interno, tem como principais atribuições:

(i) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço;

(ii) supervisionar as atividades: (ii.1) dos auditores independentes, a fim de avaliar: (ii.1.1) a sua independência; (ii.1.2) a qualidade dos serviços prestados; e (ii.1.3) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (ii.2) da área de controles internos da Companhia; (ii.3) da área de auditoria interna da Companhia; e (ii.4) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;

(iii) monitorar a qualidade e integridade: (iii.1) dos mecanismos de controles internos; (iii.2) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e (iii.3) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;

(iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (iv.1) a remuneração da administração; (iv.2) a utilização de ativos da Companhia; e (iv.3) as despesas incorridas em nome da Companhia;

(v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidências;

(vi) elaborar relatório semestral, se necessário, e, obrigatoriamente, relatório anual resumido, este a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (vi.1) suas atividades, incluindo a indicação das reuniões realizadas e dos principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (vi.2) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia;

(vii) avaliar, monitorar e recomendar ao conselho de administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo política de transações entre partes relacionadas; e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(viii) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da confidencialidade da informação.

A área de Controles Internos está a cargo de comandar os trabalhos de mapeamento de processos, identificação dos riscos e controles, seguido pelas áreas de negócio, as quais devem suportar o trabalho com o fornecimento de subsídios e narrativas dos processos.

A área de Auditoria Interna possui a função de nos auxiliar a alcançar todos os nossos objetivos estratégicos, adotando uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliação e melhoria da eficiência dos processos.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Conforme informado na Seção 5.3(a) acima, o Comitê de Auditoria, na qualidade de órgão colegiado, será responsável por realizar, no mínimo anualmente, a auto avaliação de suas atividades e identificar possibilidade de melhorias na forma de sua atuação, destacando ainda as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

Ademais, a supervisão da eficiência dos controles internos é de responsabilidade das áreas de Auditoria Interna e Controles Internos.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Nossos auditores externos independentes não identificaram, durante a execução de seus trabalhos de auditoria nas demonstrações financeiras consolidadas, deficiências significativas sobre os nossos controles internos sobre o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. As avaliações conduzidas pela área de Auditoria Interna também não identificaram deficiências materiais sobre os nossos controles internos no exercício supracitado.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme mencionado no item (d) acima, não foram identificados tanto pelos auditores externos independentes quanto pela auditoria interna deficiências significativas sobre os nossos controles internos, e também não há no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 deficiências significativas pendentes de remediação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

a. regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Possuímos um sistema de controles internos para monitorar nossos processos operacionais e financeiros, inclusive aqueles relacionados à gestão de riscos e de conformidade (compliance), que entendemos adequado ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

Tal sistema de controles internos está em constante aperfeiçoamento e é composto por diversos princípios, procedimentos e práticas efetivamente implementadas, entre as quais se destacam aquelas descritas em nosso código de ética e conduta ("Código de Conduta") que foi recentemente atualizado e reformulado, conforme detalhado a seguir.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Temos como princípio a observância e o cumprimento das leis que afetam nossas atividades, padrões de comportamento alinhado aos nossos valores e ligados à estratégia de negócio. Ademais, temos como principais valores:

- Agir com disciplina: significa agir rapidamente em situações, prestigiando o senso de urgência, zelo, autonomia e inteligência.
- Criar oportunidades: significa estimular novas ideias para a busca incansável de soluções alternativas, com decisões rápidas e corajosas, pautadas em riscos calculados.
- Desenvolver o potencial humano: significa treinar, aconselhar e reconhecer pessoas de destaque, buscando o desenvolvimento de cada profissional para que sejam preparados para o futuro da Companhia e para a vida.
- Fazer mais e melhor sempre: significa buscar a superação constante de desafios. É encontrar um jeito cada vez melhor de fazer as coisas, de forma legítima e sustentável.
- Integridade e Ética: significa agir de acordo com os mais altos padrões éticos de conduta profissional em todas as suas atividades, de forma a garantir a integridade e credibilidade da reputação da Companhia nos mercados em que atua e com a sociedade. É repudiar as práticas fraudulentas, atos de corrupção (suborno, conluio, conflito de interesses, tráfico de influência, lavagem de dinheiro, ocultação de bens, vantagens indevidas e outros), condutas ilícitas (tais como falsificação de documentos, evasão fiscal, sonegação, dentre outras).
- Respeito aos direitos humanos: significa agir com respeito aos direitos humanos, a dignidade e diversidade. É repudiar qualquer forma de discriminação, assédio moral ou sexual.
- Sustentabilidade socioambiental: significa agir com respeito ao meio ambiente e à legislação vigente, com vista à proteção de recursos naturais em nossas atividades, criando valor para a comunidade, preservando o meio ambiente e condenando trabalho e exploração infantil, trabalho escravo e condições degradantes no ambiente profissional.
- Cumprimento de legislação aplicável, normas e políticas internas da Companhia: significa o dever dos Colaboradores e Terceiros de desempenhar suas atividades com observância às diretrizes deste Código e zelo no cumprimento fiel de toda a legislação aplicável, normas, regulamentos e políticas internas da nossa Companhia, além dos contratos e acordos coletivos firmados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **Segurança no ambiente de trabalho:** significa o dever dos colaboradores e terceiros de desempenhar suas atividades com respeito às regras de segurança do trabalho e meio ambiente aplicáveis às suas respectivas atividades.

Buscando desenvolver e aprofundar tais princípios, em 28 de agosto de 2020 reformulamos e atualizamos nosso Código de Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração na mesma data, que veda manipulação, acobertamento, adulteração de dados, uso de informação privilegiada, declarações falsas, promessa ou a concessão direta ou indireta de vantagens pessoais de qualquer natureza para terceiros, incluindo, mas não se limitando à autoridade de qualquer instância do setor público, suborno ou qualquer outro ato que tenha como objetivo a obtenção de vantagem injusta na condução dos negócios.

O Código de Conduta dispõe que é vedado a todos os colaboradores o recebimento de brindes, presentes, cortesias, entretenimento e hospitalidade que possam ser caracterizados como troca de favores. Entre os mecanismos existentes para garantir a aplicação e efetividade do Código de Conduta, mantemos registros comerciais, contas, livros e contratos para nos certificarmos que refletem corretamente a natureza das transações e dos pagamentos.

Nossos riscos são reavaliados e nossas políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas constantemente, de modo que nossa administração pode implementar mudanças e aperfeiçoamentos sempre que entender conveniente.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A gestão do Código de Conduta, bem como a apuração de denúncias é feita em conjunto pelas nossas áreas de Compliance, Jurídico Corporativo e Auditoria Interna Corporativa, tendo como instância de aprovação sequenciada o Conselho de Ética, o Comitê Auditoria e o Conselho de Administração da nossa Companhia. Não obstante, é dever dos líderes, em todos os níveis, serem exemplo de comportamento ético, garantindo que os colaboradores e terceiros sob sua gestão cumpram as disposições do Código de Conduta. Os líderes devem também se certificar de que os colaboradores sob sua gestão receberam treinamentos adequados, os quais são realizados periodicamente, por meios físicos ou virtuais.

Ademais, possuímos uma área de Auditoria Interna, cujas atividades são reportadas ao conselho de administração e é responsável pelo monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade.

Além disso, nosso Comitê Estratégico, Socioambiental e de Governança é responsável por, entre outras atribuições, zelar pela (i) adoção e aprimoramento de boas práticas de conformidade e integridade pela Companhia; (ii) pela efetividade e conformidade das políticas e documentos normativos da Companhia às exigências legais e regulatórias de seus negócios e atividades; e (iii) pela promoção da transparência na gestão dos nossos negócios, alinhada com aspectos Ambientais, Sociais e de Governança.

Entendemos que nossos mecanismos e procedimentos internos de integridade são eficientes e adequados ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes de governo.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O Código de Conduta se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados, bem como terceiros que interagimos.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Fornecemos treinamentos periódicos, ao menos anualmente, a todos nossos colaboradores, por meios físicos ou virtuais, a respeito das principais práticas a serem observadas por todos e a necessidade de cumprimento do disposto no Código de Conduta.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Violações da legislação vigente, dos normas previstas no Código de Conduta, e de outras políticas e regramentos da Companhia estão previstas na nossa Política de Medidas Disciplinares, e incluem: advertência verbal, advertência por escrito, suspensão, demissão sem justa causa, demissão com justa causa.

Caso as violações praticadas configurem crime, as autoridades competentes podem ser comunicadas, sem prejuízo das demais previsões acima descritas.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A atual versão do Código de Conduta foi formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração, realizada em 28 de agosto de 2020, e pode ser consultado no nosso website www.compassbr.com, bem como no website da CVM (cvm.gov.br).

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

Nosso canal de denúncias é operado por um prestador de serviço terceirizado denominado Auditoria e Consultoria - Ética e Integridade na Empresa ("ICTS"). A ICTS fornece um serviço de denúncia profissional e independente para auxiliar no recebimento de dúvidas e preocupações relacionadas à conduta nos nossos negócios.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O acesso ao canal de denúncias é gratuito e pode ser utilizado tanto por nossos colaboradores quanto por terceiros, através do website: canaldeetica.com.br/cosan ou do telefone 0800-725-0039.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

O canal de denúncias é administrado por uma empresa terceirizada e certificada. O canal oferecido por tal empresa permite que as denúncias sejam feitas de maneira anônima ou que sejam identificadas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

• órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Nossas áreas de Compliance, Jurídico Corporativo e Auditoria Interna Corporativa são responsáveis pela apuração de relatos recebidos e condução de investigações internas, sendo que, quando necessário, poderão ser envolvidos terceiros (empresas forenses, escritórios de advocacia, entre outros) para assessorar a apuração. O resultado das investigações será reportado ao Conselho de Ética que, dentre outras atribuições, é responsável por recomendar a aplicação das medidas disciplinares cabíveis referentes aos desvios de conduta. A apuração de denúncias de infrações cometidas por administradores será realizada pelo Conselho de Administração, que deverá adotar as medidas cabíveis.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Sempre realizamos auditoria prévia a processos de aquisição ou reestruturações societárias envolvendo terceiros, por meio de assessores externos especificamente contratados para tanto. Um dos focos dessas auditorias é a identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Conforme detalhado na presente Seção 5, possuímos regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública que entendemos adequadas ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Em 28 de agosto de 2020 nosso Conselho de Administração aprovou nossa Política de Gerenciamento de Riscos e reformulou o Código de Conduta, conforme detalhados nesta seção 5.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não há outras informações relevantes em relação a esta Seção 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os diretores da Companhia apresentam, neste item 10 do Formulário de Referência, informações que visam a permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a nossa situação pela perspectiva da Administração. Abaixo discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, tendências, compromissos ou eventos importantes que, impactam ou poderiam impactar as nossas condições financeiras e patrimoniais.

As análises, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram construídas com base em demonstrações financeiras combinadas carve-out (“Demonstrações Financeiras Combinadas Carve-out”), que compreendem: (i) ativos, passivos e resultados reportados pela Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS (“Comgás”); (ii) balanços históricos carved-out do direito de concessão da Comgás realizado pela Cosan S.A.; e (iii) ativos, passivos e resultados reportados pela entidade legal Compass Gás e Energia S.A. e suas controladas. Apresentamos estas demonstrações financeiras combinadas carve-out visando a demonstrar a informação que melhor reflete a geração operacional bruta de caixa em nossas atividades e o total dos ativos.

As informações referentes ao período de seis meses findo em 31 de dezembro de 2020 apresentadas nesta Seção são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste formulário de referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Esclarecimentos adicionais a respeito dos impactos da pandemia da COVID-19 em nossas atividades e, consequentemente, em nossas demonstrações financeiras, estão detalhados no item 10.9 deste Formulário de Referência.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Tendo como finalidade a participação em sociedades do segmento de gás e energia, temos como atividades principais, por meio de nossas subsidiárias, a (i) distribuição de gás natural canalizado em parte do Estado de São Paulo para clientes dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo e cogeração; (ii) trading de energia elétrica e comercialização de gás natural; (iii) infraestrutura em terminal de regaseificação e gasoduto de escoamento offshore; e (iv) geração térmica através do gás natural.

Neste contexto, o quadro abaixo apresenta o resumo das participações detidas por nós:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020			
Empresas	% de participação no capital votante	Natureza do Relacionamento	Método de Avaliação
Companhia de Gás de São Paulo - Comgás	99,15	Controlada	Consolidação ¹
Compass Comercialização	100,00	Controlada	Consolidação
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	100,00	Controlada	Consolidação
Rota 4 Participações S.A	100,00	Controlada	Consolidação
Compass Geração	100,00	Controlada	Consolidação
Compass Energia	100,00	Controlada	Consolidação

¹A contribuição da Comgás para a Companhia ocorreu em janeiro de 2020, porém para fins de informações combinadas carve-out apresentamos a Comgás no quadro com a respectiva participação societária.

Entendemos que nossas condições financeiras e patrimoniais são suficientes para implementar nosso plano de negócios e cumprir com nossas obrigações de curto e médio prazo. Nossa geração de caixa, juntamente

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de nossas atividades e cobrir nossa necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

A tabela abaixo apresenta as principais linhas do balanço patrimonial, utilizadas para o cálculo dos indicadores apresentados na sequência:

	DFs Combinadas carve-out dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de		Período de 12 meses encerrado em 31 de dezembro de
(R\$ mil)	2018	2019	2020
Ativo	12.068.985	12.039.102	15.027.676
Circulante	3.232.629	2.792.169	4.981.507
Não Circulante	8.836.356	9.246.933	10.046.169
Passivo	6.900.175	9.154.199	11.681.752
Circulante	1.915.312	2.810.509	4.087.148
Não Circulante	4.984.863	6.343.690	7.594.604
Patrimônio Líquido	5.168.810	2.884.903	3.345.924
Passivo e Patrimônio Líquido	12.068.985	12.039.102	15.027.676

O ativo circulante é formado principalmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros tributos a recuperar. Já o passivo circulante, é constituído em especial por fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros tributos a pagar.

Abaixo, apresentamos os índices de endividamento e de liquidez e os resultados encontrados sustentam a confiança da administração na solidez patrimonial da Companhia:

Índices	Fórmula	DFs Combinadas carve-out dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de		Período de 12 meses encerrado em 31 de dezembro de
		2018	2019	2020
Endividamento Total (ET)	$ET = (\text{Passivo Total} / \text{Ativo Total}) * 100$	57,2	76,0	77,7
Endividamento de Curto Prazo (ECP)	$ECP = (\text{Passivo Circulante} / \text{Ativo Total}) * 100$	15,9	23,3	27,2
Liquidez Geral (LG)	$LG = ((\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / \text{Passivo Total}) * 100$	51,8	34,3	47,4
Liquidez Corrente (LC)	$LC = (\text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}) * 100$	168,8	99,3	121,9

Os índices de endividamento total e de curto prazo são índices de estrutura patrimonial e indicam a participação de recursos de terceiros (passivo) no financiamento das aplicações totais realizadas pela empresa (ativo total).

As informações financeiras patrimoniais combinadas carve-out da Companhia, com base na avaliação dos diretores da Companhia, demonstram um adequado nível de endividamento, não havendo concentração no curto prazo e disponibilidade de caixa.

Os resultados da liquidez geral e corrente da Companhia demonstram situação, com base na avaliação dos diretores da Companhia, confortável diante da expectativa de manutenção da dinâmica operacional dos negócios.

Em 27 de dezembro de 2019, a Comgás reduziu capital social no valor de R\$1.500.000 e realizou o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$2.000.000. Esta redução representou uma saída de caixa que influenciou nas métricas de endividamento e de liquidez, afetando negativamente os índices do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 das demonstrações financeiras combinadas carve-out.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

b. estrutura de capital

Os setores de atuação da Companhia, especial a área de infraestrutura e distribuição de gás canalizado, requerem uso intensivo de capital. A Companhia realiza frequentemente captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e a condução de suas operações.

Na tabela seguinte apresentamos a composição da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio e de terceiros:

	DFs Combinadas carve-out dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de				Período de 12 meses encerrado em 31 de dezembro de	
(R\$ mil)	2018	AV	2019	AV	2020	AV
Passivo	6.900.175	57,17%	9.154.199	76,04%	11.681.752	77,73%
Patrimônio Líquido	5.168.810	42,83%	2.884.903	23,96%	3.345.924	22,27%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	12.068.985	100%	12.039.102	100%	15.027.676	100%

Em 31 de dezembro de 2018 a estrutura de capital da Companhia era composta de 57,17% por passivos, do qual se destacam empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores e imposto de renda e contribuição social diferidos, e 42,83% por patrimônio líquido e investimento da controladora.

Em 31 de dezembro de 2019 a estrutura de capital da Companhia era composta de 76,04% por passivos, do qual se destacam empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores e imposto de renda e contribuição social diferidos, e 23,96% por patrimônio líquido e investimento da controladora.

Em 31 de dezembro de 2020 a estrutura de capital da Companhia era composta de 77,73% por passivos, do qual se destacam empréstimos, financiamentos e debêntures fornecedores e imposto de renda e contribuição social diferidos, e 22,27% por patrimônio líquido e investimento da controladora.

Nossa Administração entende que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os índices de liquidez geral e de liquidez corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2020 eram de 47,4 e 121,9, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía aproximadamente R\$ 6.623,3 milhões de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures tomados.

A Administração da Companhia informa que avaliou a habilidade da empresa operar normalmente, considerando o perfil de endividamento da Companhia, composto por dívidas bancárias e financiamentos, o fluxo de caixa e as respectivas posições de liquidez da Companhia, está convencida de que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos para dar continuidade aos seus negócios, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos de ampliação da rede e aquisições, a Administração acredita que a Companhia possui capacidade financeira para honrá-los.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos (bancos de primeira linha no Brasil e no exterior); (iii) linhas de financiamento do BNDES; e (iv) operações no mercado internacional e no mercado local. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operações referentes às suas atividades e negócios, e (ii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

Para maiores informações veja o item 10(f).(i) deste Formulário de Referência, no qual estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia de acordo com as suas respectivas características.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Na data deste Formulário de Referência, não vislumbramos necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor.

Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende manter sua estratégia de financiamento com: (i) contratação de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras; e (ii) captação de recursos, por meio de instrumentos de dívida ou emissão de ações, no mercado de capitais.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, tais como:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía um endividamento bancário bruto (empréstimos e financiamentos e debêntures corrente e não corrente) de R\$ 7.043,9 milhões, dos quais R\$ 1.787,5 milhões, ou 25,4%, eram representados por dívidas de curto prazo. O endividamento bancário da Companhia aumentou R\$ 1.799,0 milhões, 34,3% entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, principalmente em decorrência de emissões realizadas durante o ano de 2020 que visaram reforçar a liquidez da companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía um endividamento bancário bruto (empréstimos e financiamentos e debêntures) de R\$5.244,9 milhões, dos quais R\$908,5 milhões, ou 17,3%, eram representados por dívida de curto prazo. O endividamento bancário da Companhia aumentou R\$1.593,4 milhões, ou 43,6%, entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019, principalmente devido ao novo contrato com o BNDES no valor de R\$ 2 bilhões assinado em dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía um endividamento bancário bruto (empréstimos e financiamentos e debêntures) de R\$3.651,5 milhões, dos quais R\$ 679,7 milhões, ou 18,6%, eram representados por dívida de curto prazo.

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2020:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Descrição	Encargos financeiros		Consolidado		
	Indexador	Taxa anual de juros	31/12/2020	Vencimento	Objetivo
Com garantia					
BND ¹	IPCA + 4,10%	8,64%	175.374	abr-29	Investimentos
	IPCA + 3,25%	7,75%	807.438	abr-29	Investimentos
EIB	USD + LIBOR6M + 0,54%	0,80%	30.817	mai-21	Investimentos
	USD + LIBOR6M + 0,61%	0,89%	57.813	set-21	Investimentos
			1.071.442		
Sem garantia					
Resolução 4131	USD + 3,67%	3,67%	415.232	mai-23	Investimentos
	USD + 1,59%	1,35%	388.912	abr-21	Investimentos
Notas promissórias	CDI + 3,00%	4,96%	207.606	abr-21	Investimentos
	CDI + 3,40%	5,36%	520.116	abr-21	Investimentos
	CDI + 3,00%	4,96%	393.452	abr-21	Investimentos
Debêntures					
4ª emissão - 2ª série	IPCA + 7,48%	12,17%	299.524	dez-22	Investimentos
4ª emissão - 3ª série	IPCA + 7,36%	12,04%	97.956	dez-25	Investimentos
5ª emissão - série única	IPCA + 5,87%	10,49%	890.658	dez-23	Investimentos
6ª emissão - série única	IPCA + 4,33%	8,88%	452.457	out-24	Investimentos
7ª emissão - série única	IGPM + 6,10%	31,46%	298.706	mai-28	Investimentos
8ª emissão - série única	CDI + 0,50%	2,41%	2.007.848	out-22	Investimentos
			5.972.467		
Total			7.043.909		
Circulante			1.787.503		
Não circulante			5.256.406		

Apresentamos a seguir a descrição dos principais contratos financeiros celebrados pela Companhia e suas controladas, vigentes em 31 de dezembro de 2020:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Em 02 de outubro de 2012, a Comgás celebrou contrato de financiamento junto ao BNDES no valor de R\$1,1 bilhão (Projeto VI), lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, para suportar parte do plano de investimentos dos anos de 2012 a 2014. O valor total do financiamento é dividido em cinco subcréditos.

Em 04 de setembro de 2015, a Comgás celebrou contrato de financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 370,6 milhões (Projeto VII), lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, para suportar parte do plano de investimento dos anos de 2015 a 2017. O valor total do financiamento é dividido em quatro subcréditos. Até 31 de dezembro de 2017, o BNDES havia desembolsado R\$ 176 milhões para a Comgás, valores referentes a esse contrato. Em 30 de junho de 2020, o saldo pendente foi encerrado e não há mais créditos referentes a esta operação.

Em junho de 2020, os Projetos VI e VII foram repactuados e consolidados em uma única linha de crédito direta com o BNDES e suas respectivas fianças liquidadas e substituídas por uma conta garantia.

Abaixo resumo das principais condições destes contratos:

	Data de contratação	Custo	Data de vencimento	Pagamento de principal	Pagamento de juros
Refin (Projetos VI/VII)	Jun-20	IPCA + 4,10%	Jun-29	Mensal	Mensal
Projeto VIII	Mai-20	IPCA + 3,25%	Abr-29	Mensal ¹	Mensal ²

¹Mensal a partir de junho de 2022.

²Trimestral após junho de 2022.

Banco Europeu de Investimentos (EIB)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020, a Comgás era parte em 2 contratos de financiamento junto ao Banco Europeu de Investimento (EIB) descritos abaixo, divididos em 4 liberações, cuja estrutura de garantia se dá por fianças bancárias de bancos de primeira linha. Estes contratos têm por objetivo financiar a construção de redes de baixa pressão para a conexão de novos clientes, principalmente residenciais e comerciais. O projeto também incluirá a reabilitação da rede, reduzindo a perda de gás, tais como reposição e reforço de rede, conexão, medidores e tubulações.

Liberação	Data Liberação	Taxa	Vencimento	Pagamento de principal	Pagamento de juros
EIB – 3ª liberação	Mai/11	USD + Libor6M + 0,483%	Mai/21	Semestral	Semestral
EIB – 4ª liberação	Set/11	USD + Libor6M + 0,549%	Set/21	Semestral	Semestral

Capital de Giro – Lei nº 4.131

Com o objetivo de financiamento do capital de giro, a Comgás celebrou contrato de financiamento com o banco The Bank of Nova Scotia. Estes contratos não contam com qualquer estrutura de garantias. Abaixo resumo das principais condições destes contratos:

Liberação	Data Liberação	Taxa	Vencimento	Pagamento de principal	Pagamento de juros
Scotia I	Mai/18	USD + 3,67%	Mai/23	No vencimento	Semestral
Scotia II	Abr/20	USD + 1,59%	Abr/21	No vencimento	Semestral

(i) Em fevereiro de 2021, a Comgás, com base em sua política de Liability Management e condições atuais de mercado, decidiu por liquidar antecipadamente o empréstimo 4131 contratado em abril de 2020, com a troca de indexador por meio de swap considerando taxa de CDI + 2,75% e vencimento em abril de 2021, contraindo, subsequentemente, uma dívida de igual valor com a mesma contraparte, todavia, alongando o prazo em 3 anos para vencimento em fevereiro de 2024, com troca de indexador por meio de swap de CDI + 1,25%.

Notas Promissórias

(i) 4ª Emissão

Em 3 de abril de 2020, foram emitidas 20 Notas Promissórias comerciais referentes à 4ª emissão da Comgás, em série única, com valor nominal de R\$ 10.000, totalizando, na data da emissão, o valor de R\$ 200.000. As Notas da 4ª emissão da Comgás faziam jus a uma remuneração correspondente a CDI + 3,00%, com vencimento original em 29 de março de 2021. No entanto, por deliberação e aprovação da Comgás e dos titulares em Assembleia realizada em 30 de dezembro de 2020, as Notas foram resgatadas antecipadamente em 6 de janeiro de 2021.

(i) 5ª Emissão

Em 13 de abril de 2020, foram emitidas 20 Notas Promissórias comerciais referentes à 5ª emissão da Comgás, em série única, com valor nominal de R\$ 25.000, totalizando, na data da emissão, o valor de R\$ 500.000. As Notas da 5ª emissão da Comgás faziam jus a uma remuneração correspondente a CDI + 3,40%, com vencimento original em 12 de abril de 2021. No entanto, por deliberação e aprovação da Comgás e dos titulares em Assembleia realizada em 30 de dezembro de 2020, as Notas foram resgatadas antecipadamente em 6 de janeiro de 2021.

(i) 6ª Emissão

Em 17 de abril de 2020, foram emitidas 38 Notas Promissórias comerciais referentes à 6ª emissão da Comgás, em série única, com valor nominal de R\$ 10.000, totalizando, na data da emissão, o valor de R\$ 380.000. As Notas da 6ª emissão da Comgás faziam jus a uma remuneração correspondente a CDI + 3,00%, com

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

vencimento original em 19 de março de 2021. No entanto, por deliberação e aprovação da Comgás e dos titulares em Assembleia realizada em 30 de dezembro de 2020, as Notas foram resgatadas antecipadamente em 6 de janeiro de 2021.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2020, a Comgás possuía emissões de debêntures com a destinação de recursos, em sua maioria (com exceção da 7ª e 8ª emissões), para financiamento do plano de expansão e do plano de suporte, e inclui investimentos em projetos de tecnologia da informação de forma a dar o suporte ao plano de expansão e ao plano de suporte. Os projetos de investimento contemplam a construção de novas redes de distribuição de gás natural, além de investimentos para a no âmbito do plano de suporte da Comgás.

Abaixo resumo das emissões de debêntures da Companhia:

	Data de emissão	Quantidade	Custo	Data de vencimento	Pagamento de principal	Pagamento de juros
4ª emissão – 2ª série	Dez/15	242.374	IPCA + 7,48%	Dez/22	2 parcelas	Anual
4ª emissão – 3ª série	Dez/15	79.900	IPCA + 7,36%	Dez/25	3 parcelas	Anual
5ª emissão – série única	Dez/16	675.000	IPCA + 5,87%	Dez/23	No vencimento	Anual
6ª emissão – série única	Out/17	400.000	IPCA + 4,33%	Out/24	No vencimento	Anual
7ª emissão – série única	Mai/18	215.000	IGPM + 6,10%	Mai/28	3 parcelas	Semestral
8ª emissão – série única	Out/19	2.000.000	CDI+ 0,50%	Out/23	No vencimento	Anual

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

A Companhia e suas subsidiárias mantêm relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro e não têm outras transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras além daquelas acima citadas. A Administração esclarece ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão de nossos negócios. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

iii. grau de subordinação entre as dívidas; e

A Administração informa que não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias da Companhia. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor. Contudo, a Administração esclarece que, atualmente, o BNDES e o EIB podem ser considerados credores mais favorecidos, uma vez que seus contratos contam com estrutura de garantias específicas, por meio de fianças bancárias.

iv. eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

A Administração informa que determinados contratos financeiros apresentam cláusulas que determinam a observância dos seguintes e determinados índices financeiros (covenants) mínimos:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Dívida	Meta	Índice
BNDDES	Dívida líquida ¹ / EBITDA ² não poderá ser superior a 4,00	1,69
Resolução 4131		
Nota Promissória		
Debêntures 4ª emissão	Endividamento de curto prazo / Endividamento total ³ não poderá ser superior a 0,6	0,26
Debêntures de 4ª a 8ª emissão	Dívida líquida ¹ / EBITDA ² não poderá ser superior a 4,00	1,69

¹A dívida líquida consiste em dívida circulante e não circulante, líquida de caixa e equivalentes de caixa e de títulos e valores mobiliários registrados nas demonstrações financeiras da controlada Comgás. A dívida líquida é uma medida não-contábil.

²Corresponde ao EBITDA acumulado dos últimos doze meses.

³O endividamento total corresponde ao somatório de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos da controlada Comgás, de curto e longo prazos (incluindo o saldo líquido das operações com derivativos).

Além das restrições descritas acima, os empréstimos e financiamentos da Companhia e suas subsidiárias possuem outras restrições conforme padrão de mercado, tais como: transferência do controle efetivo, direto ou indireto, sem prévia e expressa autorização do banco; alteração de titularidade do capital social envolvendo acionista, direto ou indireto, inclusive transferência entre si, com variação superior a 50% do total do capital; transferência da alteração de capital social da Companhia sem anuência prévia dos Debenturistas; alteração do objeto social da Companhia que resulte em alteração relevante de seu setor de atuação; reorganização societária na qual a estrutura final de controle da Companhia não tenha a Cosan Limited ou qualquer de suas controladas ou sucessoras dentro do bloco de controle.

A Companhia acompanha o atendimento das cláusulas acima descritas e entende que, e na data deste Formulário de Referência, atendeu todas as cláusulas restritivas e covenants financeiros nas medições anuais, mencionados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

	Dívida líquida / EBITDA	Dívida de curto prazo / Dívida total
Resultado		
31 de dezembro de 2018	0,71	0,17
31 de dezembro de 2019	1,43	0,16
31 de dezembro de 2020	1,69	0,26

A dívida líquida compreende os empréstimos, financiamentos e debêntures, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

A dívida de curto prazo compreende os empréstimos, financiamentos e debêntures com vencimento até 12 meses e a dívida total compreende os empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo.

Destaca-se ainda que as medições não contábeis utilizadas acima para fins de covenants financeiros são definidos isoladamente por cada escritura e não devem ser confundidos com as utilizadas pela Companhia e divulgadas no item 3.2 deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**g. limites de utilização dos financiamentos já contratados:**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispõe de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

Todas as demonstrações contábeis consolidadas referentes aos três últimos exercícios sociais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As informações referentes ao exercício social de 2020 apresentadas nesta seção são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas. Nos exercícios de 2019 e 2018, os números e análises a seguir apresentados derivam das Demonstrações Financeiras Combinadas Carve-out.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO****EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH 2020 vs 2019
Receita operacional líquida	9.093.170	100,0%	9.514.222	100,0%	(4,4)%
Custos dos produtos vendidos e dos serviços Prestados	(6.434.190)	(70,8)%	(6.402.338)	(67,3)%	0,5%
Resultado bruto	2.658.980	29,2%	3.111.884	32,7%	(14,6)%
Despesas de vendas	(454.131)	(5,0)%	(276.825)	(2,9)%	64,0%
Despesas gerais e administrativas	(577.475)	(6,4)%	(744.723)	(7,8)%	(22,5)%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	56.176	0,6%	(40.523)	(0,4)%	(238,6)%
Despesas operacionais	(975.430)	(10,7)%	(1.062.071)	(11,2)%	(8,2)%
Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos	1.683.550	18,5%	2.049.813	21,5%	(17,9)%
Despesas financeiras	(374.252)	(4,1)%	(405.099)	(4,3)%	(7,6)%
Receitas financeiras	72.500	0,8%	205.637	2,2%	(64,7)%
Variação cambial líquida	(150.227)	(1,7)%	(27.518)	(0,3)%	445,9%
Derivativos	169.206	1,9%	46.598	0,5%	263,1%
Resultado financeiro líquido	(282.773)	(3,1)%	(180.382)	(1,9)%	56,8%
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.400.777	15,4%	1.869.431	19,6%	(25,1)%
Corrente	(558.227)	(6,1)%	(710.881)	(7,5)%	(21,5)%
Diferido	97.915	1,1%	126.438	1,3%	(22,6)%
Imposto de renda e contribuição social	(460.312)	(5,1)%	(584.443)	(6,1)%	(21,2)%
Resultado líquido do exercício	940.465	10,3%	1.284.988	13,5%	(26,8)%

Receita Operacional Líquida

	Consolidado 31/12/2020	Combinado carve-out 31/12/2019
Distribuição de gás		
Gás natural		
Industrial	5.030.738	6.045.600
Residencial	1.381.597	1.295.107
Cogeração	389.732	437.327
Automotivo	220.130	350.637
Comercial	350.761	507.550
Receita de construção	885.630	813.341
Outros	59.103	64.660
	8.317.691	9.514.222
Comercialização de energia elétrica	775.479	
Total	9.093.170	9.514.222

A receita operacional líquida totalizou R\$ 9.093,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$ 421,1 milhões, ou 4,4%, quando comparada com o valor de R\$ 9.514,2 milhões, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse decréscimo pode ser

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

explicado, principalmente, pelo reflexo dos efeitos da pandemia da COVID-19, que reduziu os volumes de vendas em quase todos os segmentos.

A redução mencionada acima foi parcialmente compensada pela consolidação dos resultados da Compass Comercialização a partir de fevereiro de 2020.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados totalizaram R\$ 6.434.190 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$ 31,9 milhões, quando comparada com o valor de R\$ 6.402,3 milhões, referente ao ano de 2019. O custo do gás, transporte e outros passou de R\$ 5.589,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 4.620,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um decréscimo de 17,3%. Essas variações ocorreram devido a diminuição do custo unitário do gás, diretamente ligado a variação cambial e o preço do petróleo, que são as referências para os custos dos contratos de fornecimento de gás, somados a redução na quantidade de gás comprado em relação a 2019. O custo da construção da malha de distribuição do gás passou de R\$ 813,3 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 885,6 milhões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um acréscimo de 8,9%, que acompanha o acréscimo na receita de construção, comentado anteriormente. Por fim, houve o custo de R\$ 927,9 milhões referente energia elétrica comprada para revenda.

Despesas Operacionais

Despesas de Vendas

As despesas de vendas totalizaram R\$ 454,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 177,3 milhões quando comparadas com o valor de R\$ 276,8 milhões, referente ao período encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 577,5 milhões no ano de 2020, representando uma redução de R\$ 167,2 milhões, quando comparadas com o valor de R\$ 744,7 milhões, referente ao período de 2019.

Outras Receitas (Despesas) Líquidas

A rubrica outras receitas (despesas) líquidas representou uma receita totalizando R\$ 56,9 milhões em 2020, representando um aumento de R\$ 96,7 milhões quando comparadas à despesa com o valor de R\$ 40,5 milhões, referente ao ano anterior.

Resultado Financeiro Líquido

Despesas Financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As despesas financeiras totalizaram R\$ 374,3 milhões no ano de 2020, representando uma redução de R\$ 30,8 milhões quando comparadas com o valor de R\$ 405,1 milhões, referente ao período 2019, basicamente pela redução de seus indexadores em virtude da constante queda dos juros no país, parcialmente compensadas pelo aumento na dívida média (em função das captações para reforço de caixa por causa da pandemia do coronavírus).

Receitas Financeiras

As receitas financeiras totalizaram R\$ 72,5 milhões em 2020, representando um decréscimo de R\$ 34,5 milhões quando comparadas com o valor de R\$ 133,1 milhões do ano anterior. Essa redução pode ser explicada, principalmente, pela constante queda dos juros no país.

Variação Cambial Líquida

A variação cambial líquida totalizou uma despesa de R\$ 150,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma variação de R\$ 122,7 milhões quando comparadas com uma despesa de R\$ 27,5 milhões, referente ao período encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Derivativos

O valor dos derivativos totalizou R\$ 169,2 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 122,6 milhões quando comparadas com o período encerrado em 31 de dezembro de 2019. Os instrumentos financeiros derivativos são usados apenas para fins de hedge econômico (sem caráter especulativo) e o aumento está substancialmente em linha com a redução da variação cambial explicada acima.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social totalizou uma despesa de R\$ 460,3 milhões no ano de 2020, representando uma redução de R\$ 124,1 milhões, quando comparado com uma despesa de R\$ 584,4 milhões referente ao período de 2019, basicamente por uma redução do resultado antes do imposto de renda e contribuição social comentados anteriormente. A taxa efetiva do período encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de 32,9%.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em R\$ milhares, exceto %)	31/12/2019		31/12/2018		AH 2019 vs 2018
		AV		AV	
Receita operacional líquida	9.514.222	100,0%	6.840.011	100,0%	39,1%
Custos dos produtos vendidos e dos serviços Prestados	(6.402.338)	(67,3)%	(4.901.715)	(71,7)%	30,6%
Resultado bruto	3.111.884	32,7%	1.938.296	28,3%	60,5%
Despesas de vendas	(276.825)	(2,9)%	(268.317)	(3,9)%	3,2%
Despesas gerais e administrativas	(744.723)	(7,8)%	(712.398)	(10,4)%	4,5%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(40.523)	(0,4)%	763.609	11,2%	(105,3)%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas operacionais	(1.062.071)	(11,2)%	(217.106)	(3,2)%	389,2%
Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos	2.049.813	21,5%	1.721.190	25,2%	19,1%
Despesas financeiras	(405.099)	(4,3)%	(448.035)	(6,6)%	(9,6)%
Receitas financeiras	205.637	2,2%	482.342	7,1%	(57,4)%
Variação cambial líquida	(27.518)	(0,3)%	(93.810)	(1,4)%	(70,7)%
Derivativos	46.598	0,5%	138.275	2,0%	(66,3)%
Resultado financeiro líquido	(180.382)	(1,9)%	78.772	1,2%	(329,0)%
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.869.431	19,6%	1.799.962	26,3%	3,9%
Corrente	(710.881)	(7,5)%	(368.954)	(5,4)%	92,7%
Diferido	126.438	1,3%	(172.041)	(2,5)%	(173,5)%
Imposto de renda e contribuição social	(584.443)	(6,1)%	(540.995)	(7,9)%	8,0%
Resultado líquido do exercício	1.284.988	13,5%	1.258.967	18,4%	2,1%

Receita Operacional Líquida

	Combinado carve-out 31/12/2019	Combinado carve-out 31/12/2018
Distribuição de gás		
Gás natural		
Industrial	6.045.600	4.411.737
Residencial	1.295.107	986.073
Cogeração	437.327	315.925
Automotivo	350.637	262.813
Comercial	507.550	387.069
Receita de construção	813.341	415.753
Outros	64.660	60.641
	9.514.222	6.840.011
Total	9.514.222	6.840.011

A receita operacional líquida totalizou R\$9.514,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$2.674,2 milhões ou 39%, quando comparada com o valor de R\$6.840,0 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento pode ser explicado, principalmente, em razão de: (i) maiores volumes vendidos de gás natural (+36%), refletindo o aumento dos custos de gás e transporte nas tarifas em função da revisão tarifária, representando um valor de R\$ 2.272,6 milhões; e (ii) da receita de construção (+96%), devido principalmente aos investimentos contínuos na expansão e modernização feitos pela Companhia, representando um valor de R\$ 397,6 milhões. Com relação a cada segmento específico:

- Industrial: apresentou crescimento de 37% em comparação com o mesmo período de 2019 por conta da conclusão da 4ª revisão tarifária compensado por redução de 1,1% no volume vendido.
- Residencial: apresentou crescimento de 31% em comparação com o mesmo período de 2019, por conta da conclusão da 4ª revisão tarifária e aumento de 1,2% no volume vendido, reflexo da adição de aproximadamente 103 mil novos clientes nos últimos 12 meses.
- Cogeração: apresentou crescimento de 38% em comparação com o mesmo período de 2019, por conta da conclusão da 4ª revisão tarifária, aumento de 2% no volume vendido principalmente pela inversão da curva de preço da PLD (Preço de Liquidação das Diferenças).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Automotivo (GNV): apresentou crescimento de 33% em comparação com o mesmo período de 2019, por conta da conclusão da 4ª revisão tarifária e parcialmente compensando pela redução de 1,7% no volume vendido relacionado à menor competitividade do gás natural frente a outros energéticos, além de uma maior base comparativa associada aos efeitos da greve dos caminhoneiros.
- Comercial: apresentou crescimento de 31% em comparação com o mesmo período de 2019, por conta da conclusão da 4ª revisão tarifária e parcialmente compensado pela redução de 2,6% no volume vendido impulsionado pelo setor de Bebidas e Alimentos, juntamente com Shoppings e Edifícios Comerciais.
- Receita de Construção: apresentou crescimento de 96% em comparação com o mesmo período de 2019, devido principalmente aos investimentos contínuos na expansão e modernização feitos pela Comgás.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados totalizaram R\$6.402,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$1.500,6 milhões, quando comparada com o valor de R\$4.901,7 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento pode ser explicado, principalmente, em razão dos maiores volumes vendidos de gás natural e aumento do custo unitário do gás, devido principalmente à variação do preço do petróleo e do dólar, que são as referências dos contratos de fornecimento de gás, que somados representaram R\$ 1.103,1 milhões.

Receitas (Despesas Operacionais)

Despesas de Vendas

As despesas de vendas totalizaram R\$276,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$8,5 milhões, ou 3%, quando comparadas com o valor de R\$268,3 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, não tendo apresentado uma variação relevante na comparação entre os dois períodos.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$744,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$32,3 milhões, ou 5%, quando comparadas com o valor de R\$712,4 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, não tendo apresentado uma variação relevante na comparação entre os dois períodos.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas

A rubrica outras receitas (despesas) operacionais líquidas representou uma despesa totalizando R\$40,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$804,1 milhões ou -105%, quando comparadas com uma receita de R\$763,6 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta redução pode ser explicada, principalmente, pelo efeito positivo de encerramento de disputas judiciais relacionadas ao custo de gás no montante de R\$726,0 milhões e reconhecimento de créditos tributários da exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS de R\$76,0 milhões, ambos reconhecidos em 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultado Financeiro Líquido

Despesas Financeiras

As despesas financeiras totalizaram R\$405,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$42,9 milhões ou -10%, quando comparadas com o valor de R\$448,0 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. A redução é explicada por um aumento da dívida no período (R\$5.244,9 milhões em 2019 e R\$3.651,5 milhões em 2018) compensado pela queda dos índices de atualização (CDI 4,61% em 2019 contra 7,65% em 2018 e IPCA 3,6% em 2019 contra 4,12% em 2018).

Receitas Financeiras

As receitas financeiras totalizaram R\$205,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$276,7 milhões ou -57%, quando comparadas com o valor de R\$482,3 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta redução pode ser explicada, principalmente, pela redução da taxa de juros em 2019 (CDI 4,61% em 2019 contra 7,65% em 2018). Além disso, a base comparativa do período foi impactada pelas reversões monetárias relacionadas ao encerramento de disputas judiciais. Em 2018, ocorreu o encerramento das disputas judiciais relacionadas ao custo do gás, onde registramos a reversão da atualização financeira das provisões a pagar no montante de R\$177,4 milhões.

Variação Cambial Líquida

A variação cambial líquida foi uma despesa de R\$27,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$66,3 milhões, quando comparada com uma despesa de R\$ 93,8 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. A redução é explicada por um menor saldo de dívidas expostas a variação do dólar parcialmente compensada por uma desvalorização do real frente ao dólar (R\$ 4,03 em 2019 contra R\$ 3,87 em 2018).

Derivativos

Os derivativos totalizaram uma receita de R\$ 46,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$ 91,7 milhões, quando comparados com uma receita de R\$ 138,3 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Os instrumentos financeiros derivativos são usados apenas para fins de hedge econômico (sem caráter especulativo) e a redução está substancialmente em linha com a redução da variação cambial explicada acima.

Imposto De Renda e Contribuição Social

O saldo do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido totalizou uma despesa de R\$584,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de tal despesa de R\$43,4 milhões ou 8%, quando comparado com a despesa de R\$541,0 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que se refere ao maior resultado antes dos tributos de 2019 por conta da 4ª revisão tarifária compensada por um resultado financeiro maior e em 2018 foi impactado pelo encerramento de ações judiciais e créditos tributários extemporâneos, sendo que as taxas efetivas dos exercícios de 2019 e 2018 foram de 31,43% e 30,31% respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Resultado Líquido Do Exercício**

O lucro líquido do exercício totalizou R\$1.285,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$26,0 milhões ou 2%, quando comparado com o valor de R\$1.259,0 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, não apresentando variações relevantes quando comparado ao exercício anterior. No entanto, em 2019 o lucro líquido está impactado pela revisão tarifária que trouxe um incremento para margem e o ano de 2018 está impactado por encerramento de disputas judiciais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(em R\$ milhares, exceto %)	Consolidado		Combinado carve-out					
	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH 2020 vs. 2019	AH 2019 vs. 2018
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	1.899.533	12,64%	1.083.523	9,0%	602.732	5,0%	75,3%	79,8%
Títulos e valores mobiliários	1.188.625	7,91%	200.233	1,7%	1.124.723	9,3%	493,6%	-82,2%
Contas a receber de clientes	1.103.583	7,34%	974.296	8,1%	674.992	5,6%	13,3%	44,3%
Instrumentos financeiros derivativos	150.813	1,00%	128.786	1,1%	114.891	1,0%	17,1%	12,1%
Estoques	121.064	0,81%	89.586	0,7%	65.259	0,5%	35,1%	37,3%
Gás pago e não retirado	—	0,00%	23.464	0,2%	254.651	2,1%	-100,0%	-90,8%
Recebíveis de partes relacionadas	2.371	0,02%	1.820	0,0%	1.158	0,0%	30,3%	57,2%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	24.449	0,16%	—	—	72.143	0,6%	—	—
Outros tributos a recuperar	194.600	1,29%	249.957	2,1%	292.204	2,4%	-22,1%	-14,5%
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	84	—	—	—	—	—	—	—
Ativos setoriais	241.749	1,61%	—	—	—	—	—	—
Outros ativos	54.636	0,36%	40.504	0,3%	29.876	0,2%	34,9%	35,6%
Ativo circulante	4.981.507	33,15%	2.792.169	23,2%	3.232.629	26,8%	78,4%	-13,6%
Contas a receber de clientes	18.029	0,12%	13.101	0,1%	20.155	0,2%	37,6%	-35,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	80.124	0,53%	19.348	0,2%	—	—	314,1%	—
Outros tributos a recuperar	29.166	0,19%	19.902	0,2%	11.076	0,1%	46,5%	79,7%
Depósitos judiciais	60.394	0,40%	52.104	0,4%	52.885	0,4%	15,9%	-1,5%
Instrumentos financeiros derivativos	366.368	2,44%	245.944	2,0%	254.037	2,1%	49,0%	-3,2%
Outros ativos	221	0,00%	195	0,0%	756	0,0%	13,3%	-74,2%
Direito de uso	19.865	0,13%	10.128	0,1%	—	—	96,1%	—
Ativos de contrato	686.690	4,57%	594.601	4,9%	217.855	1,8%	15,5%	172,9%
Imobilizado	15.326	0,10%	—	—	—	—	—	—
Intangível	8.769.986	58,36%	8.291.610	68,9%	8.279.592	68,6%	5,8%	0,1%
Ativo não circulante	10.046.169	66,85%	9.246.933	76,8%	8.836.356	73,2%	8,6%	4,6%
Total do Ativo	15.027.676	100,00%	12.039.102	100,0%	12.068.985	100,0 %	24,8%	-0,2%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(em R\$ milhares, exceto %)	Consolidado		Combinado carve-out				AH 2020 vs. 2019	AH 2019 vs. 2018
	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV		
Passivos								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.787.503	11,89%	908.522	7,5%	679.735	5,6%	96,7%	33,7%
Fornecedores	1.182.111	7,87%	1.154.206	9,6%	1.012.895	8,4%	2,4%	14,0%
Instrumentos Financeiros e Derivativos	286.018	1,90%	—	—	—	—	—	—
Ordenados e salários a pagar	74.543	0,50%	59.928	0,5%	63.520	0,5%	24,4%	-5,7%
Imposto de renda e contribuição social correntes	321.711	2,14%	395.730	3,3%	—	—	-18,7%	—
Outros tributos a pagar	170.119	1,13%	177.463	1,5%	70.768	0,6%	-4,1%	150,8%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	1.688	0,01%	1.450	0,0%	11.551	0,1%	16,4%	-87,4%
Pagáveis a partes relacionadas	18.777	0,12%	9.131	0,1%	15.096	0,1%	105,6%	-39,5%
Outros passivos financeiros	95.428	0,64%	92.111	0,8%	52.868	0,4%	3,6%	74,2%
Passivos setoriais	91.912	0,61%	—	—	—	—	—	—
Arrendamentos	2.282	0,02%	1.680	0,0%	—	—	35,8%	—
Outras contas a pagar	55.056	0,37%	10.288	0,1%	8.879	0,1%	435,1%	15,9%
Passivo circulante	4.087.148	27,20%	2.810.509	23,3%	1.915.312	15,9%	45,4%	46,7%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.256.406	34,98%	4.336.420	36,0%	2.971.810	24,6%	21,2%	45,9%
Provisão para demandas judiciais	74.236	0,49%	128.735	1,1%	120.972	1,0%	-42,3%	6,4%
Obrigações de benefício pós-emprego	564.576	3,76%	630.549	5,2%	504.320	4,2%	-10,5%	25,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.211.692	8,06%	1.219.369	10,1%	1.363.246	11,3%	-0,6%	-10,6%
Outros tributos a pagar	5.657	0,04%	6.142	0,1%	6.464	0,1%	-7,9%	-5,0%
Passivos setoriais	473.999	3,15%	—	—	—	—	—	—
Arrendamentos	8.038	0,05%	9.163	0,1%	—	—	-12,3%	—
Outras contas a pagar	—	—	13.312	0,1%	18.051	0,1%	—	-26,3%
Passivo não circulante	7.594.604	50,54%	6.343.690	52,7%	4.984.863	41,3%	19,7%	27,3%
Total do passivo	11.681.752	77,73%	9.154.199	76,0%	6.900.175	57,2%	27,6%	32,7%
Patrimônio líquido e investimento controladora	3.345.924	22,27%	2.884.903	24,0%	5.168.810	42,8%	16,0%	-44,2%
Total do passivo e patrimônio líquido	15.027.676	100,00%	12.039.102	100,0%	12.068.985	100,0 %	24,8%	-0,2%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E COMBINADAS CARVE-OUT EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**Total Do Ativo

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um aumento do ativo de 24,8% em relação a 31 de dezembro de 2019, passando de R\$ 12.039,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 15.027,7 milhões em 31 de dezembro de 2020.

Ativo Circulante*Caixa e equivalentes de caixa*

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa apresentou um aumento de R\$ 816,0 milhões, passando de R\$ 1.083,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.899,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, sendo esse aumento decorrente principalmente do caixa líquido gerado nas atividades operacionais, captações de recursos para reforço do caixa em função da pandemia do coronavírus.

Títulos e Valores Mobiliários

A rubrica de títulos e valores mobiliários apresentou um aumento de R\$ 988,4 milhões, passando de R\$ 200,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.118,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, sendo esse aumento decorrente principalmente das referidas captações supramencionadas.

Contas a Receber de Clientes

A rubrica de contas a receber de clientes apresentou ligeiro aumento em comparação com 31 de dezembro de 2019, passando de R\$ 974,3 milhões para R\$ 1.103,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, ou seja, crescimento de R\$ 129,3 milhões

Ativos Setoriais

A rubrica de ativos setoriais apresentou um aumento em comparação com 31 de dezembro de 2019, passando de R\$ 0 milhões para R\$ 241,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, em função do reconhecimento por conta da Deliberação nº 1.010, de 10 de junho de 2020.

Ativo Não Circulante*Instrumentos Financeiros Derivativos*

A rubrica de instrumentos financeiros derivativos apresentou um aumento em comparação com 31 de dezembro de 2019, passando de R\$ 245,9 milhões para R\$ 366,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, ou seja, um crescimento de R\$ 120,4 milhões em contrapartida do incremento das dívidas que estão expostas a variação dos juros e variação cambial.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Ativos de Contrato*

A rubrica de ativos de contrato apresentou um aumento em comparação com 31 de dezembro de 2019, passando de R\$ 594,6 milhões para R\$ 686,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, ou seja, um aumento de R\$ 92,1 milhões. O incremento reflete os investimentos realizados em 2020, conforme plano de investimento.

Intangível

A rubrica de intangível apresentou um aumento em comparação com 31 de dezembro de 2019, passando de R\$ 8.291,6 milhões para R\$ 8.770,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, ou seja, um aumento de R\$ 478,4 milhões. O aumento reflete os investimentos realizados pela Comgás na sua área de concessão, conforme plano de investimentos descritos na revisão tarifária compensados pela amortização do intangível.

Passivo Circulante*Empréstimos, Financiamentos e Debêntures*

Nossas dívidas de curto prazo totalizavam R\$ 1.787,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, enquanto em 31 de dezembro de 2019 o saldo era de R\$ 908,5 milhões, representando um aumento de R\$ 879,0 milhões. O incremento é majoritariamente decorrente das captações descritas no item 10.1.f realizadas em 2020 para reforço do caixa por conta da pandemia do coronavírus.

Fornecedores

O saldo de fornecedores totalizava R\$ 1.182,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, enquanto em 31 de dezembro de 2019 o saldo era de R\$ 1.154,2 milhões, representando um crescimento de R\$ 27,9 milhões. O aumento é decorrente principalmente de maior custo do Gás e a aquisição do negócio de trading de energia elétrica.

Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes

O saldo de imposto de renda e contribuição social corrente totalizava R\$ 321,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, enquanto em 31 de dezembro de 2019 o saldo era de R\$ 395,7 milhões, representando uma diminuição de R\$ 74,0 milhões. A redução se deve por conta do menor lucro apurado no ano de 2020.

Passivo Não Circulante*Empréstimos, Financiamentos e Debêntures*

Nossas dívidas de longo prazo totalizavam R\$ 5.256,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, enquanto em 31 de dezembro de 2019 o saldo era de R\$ 4.336,4 milhões, representando um aumento de R\$ 920,0 milhões. O aumento é decorrente das captações ocorridas entre os períodos e perfil de vencimento das dívidas, descritas no item 10.1.f..

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Passivos Setoriais*

O saldo de passivos setoriais totalizava R\$ 4734,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, enquanto em 31 de dezembro de 2019 o saldo era de R\$ 0 milhões, decorrente do reconhecimento por conta da Deliberação nº 1.010, de 10 de junho de 2020.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 3.346,0 milhões e de R\$ 2.884,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Houve um aumento de R\$ 461,0 milhões devido principalmente ao lucro líquido da Comgás de R\$537,6 milhões, , contribuição de acionistas não controladores e prejuízo da Compass Comercialização.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS COMBINADAS CARVE- OUT DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018Total Do Ativo

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo total da Companhia ficou estável em relação a 31 de dezembro de 2018, passando de R\$12.069,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$12.039,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 (-0,2%).

Ativo Circulante*Caixa e equivalentes de caixa*

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa apresentou um aumento de R\$480,8 milhões, ou 79,8%, passando de R\$602,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.083,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, sendo esse aumento decorrente principalmente de captações realizadas entre os períodos, descritas no item 10.1.f. A Companhia tem tido como fonte primária de caixa o fluxo de caixa das atividades operacionais, empréstimos e outros financiamentos.

Títulos e Valores Mobiliários

A rubrica de títulos e valores mobiliários apresentou uma redução de R\$924,5 milhões, ou 82,2%, passando de R\$1.124,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$200,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, sendo essa redução decorrente principalmente dos pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio e redução de capital da Comgás ocorridos em 2019.

Contas a Receber de Clientes

A rubrica de contas a receber de clientes apresentou um aumento em comparação com 31 de dezembro de 2018, passando de R\$675,0 milhões para R\$974,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, ou seja, um aumento

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de R\$299,3 milhões, ou 44,3%. O aumento é consequência dos reajustes de tarifa da Comgás ocorridos em maio de 2019.

Outros Tributos a Recuperar

A rubrica de outros tributos a recuperar apresentou uma redução em comparação com 31 de dezembro de 2018, passando de R\$292,2 milhões para R\$249,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, ou seja, uma redução de R\$42,2 milhões, ou 14,5%. A redução é decorrente do provimento do recurso extraordinário interposto contra decisão que determinava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS na Comgás.

Gás Pago e Não Retirado

A rubrica de gás pago e não retirado apresentou uma redução em comparação com 31 de dezembro de 2018, passando de R\$254,7 milhões para R\$23,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, ou seja, uma redução de R\$231,2 milhões ou 91%. A redução refere-se à compensação (pelo consumo) ao longo do período de vigência do contrato desde que o consumo exceda a quantidade mínima contratada.

Ativo Não Circulante

Direitos de Uso

A rubrica de direitos de uso passou de R\$0,0 milhões para R\$10,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. A variação é decorrente do reconhecimento inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16, referente aos arrendamentos mercantis da Companhia a partir de 1 de janeiro de 2019.

Ativos de Contrato

A rubrica de ativos de contrato apresentou um aumento de 172,9% (ou R\$376,7 milhões) em comparação com 31 de dezembro de 2018, passando de R\$217,8 milhões para R\$594,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. O aumento é reflexo dos investimentos contínuos na expansão e modernização feitos pela Comgás.

Intangível

A rubrica de intangível permaneceu estável em comparação com 31 de dezembro de 2018, passando de R\$8.279,6 milhões para R\$8.291,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 (+0,1%).

Passivo Circulante

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Nossas dívidas de curto prazo totalizavam R\$908,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, enquanto em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R\$679,7 milhões, representando um aumento de 33,7% ou R\$228,8 milhões. O aumento é decorrente das captações ocorridas entre os períodos, descritas no item 10.1.f.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Fornecedores

O saldo de fornecedores totalizava R\$1.154,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, enquanto em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R\$1.012,9 milhões, representando um aumento de 14,0% ou R\$141,3 milhões. O aumento é decorrente de variação cambial do dólar e pelos reajustes de preços ocorridos nos contratos de gás da Comgás.

Passivo Não Circulante

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Nossas dívidas de longo prazo totalizavam R\$4.336,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, enquanto em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R\$2.971,8 milhões, representando um aumento de 45,9% ou R\$1.364,6 milhões. A variação é decorrente das captações ocorridas entre os períodos e perfil de vencimento das dívidas, descritas no item 10.1.f.

Obrigações de Benefício Pós-Emprego

O saldo de obrigações de benefício pós-emprego totalizava R\$630,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, enquanto em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R\$504,3 milhões, representando um aumento de 25,0% ou R\$126,2 milhões. O aumento é decorrente, principalmente, de mudanças nas premissas financeiras do plano de benefícios da Comgás.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos totalizava R\$1.219,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, enquanto em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R\$1.363,2 milhões, representando uma redução de 10,6% ou R\$143,9 milhões. A redução é decorrente da revisão de vida útil de imobilizado e intangível e resultado não realizado com derivativos.

Patrimônio Líquido

A evolução do patrimônio da Companhia está ligada à continua melhoria dos seus resultados, refletido no aumento das reservas de lucros ao longo dos exercícios.

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 era de R\$2.884,9 milhões e de R\$5.168,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. Houve uma redução de 44,2% ou R\$2.283,9 milhões, decorrente de da redução do capital social integralizado da Comgás no montante de R\$1.500,0 milhões e pagamento de dividendos de R\$2.000,0 milhões.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO DE DOZE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO PERÍODO DE DOZE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(em R\$ milhares, exceto %)

	Consolidado		Combinado carve-out		AH 2020 vs. 2019
	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.095.026	110,29%	2.512.302	231,86%	-16,61%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento	-990.351	-52,14%	202.037	18,65%	-590,18%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	794.745	41,84%	-2.233.548	-206,14%	-135,58%
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	1.899.420	99,99%	480.791	44,37%	295,06%
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	113	0,01%	602.732	55,63%	-99,98%
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.899.533	100,00%	1.083.523	100,00%	75,31%

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais apresentou uma redução de R\$ 417,3 milhões, passando de um caixa líquido gerado de R\$ 2.512,3 milhões no ano de 2019 para um caixa líquido gerado de R\$ 2.095,0 milhões em 2020.

Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento apresentou uma redução de R\$ 1.192,4 milhões, passando de um caixa líquido positivo de R\$ 202,0 milhões no exercício findo em 2019 para um caixa líquido negativo de R\$ 990,4 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento apresentou uma variação de R\$ 3.028,3 milhões, passando de um caixa líquido utilizado de R\$ 2.233,6 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2019 para um caixa líquido gerado de R\$ 794,8 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2020.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em R\$ milhares, exceto %)

	Combinado carve-out		Combinado carve-out		AH 2019 vs. 2018
	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.512.302	231,86%	1.573.170	261,01%	59,70%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento	202.037	18,65%	-1.121.605	-186,09%	-118,01%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	-2.233.548	206,14%	-1.576.469	-261,55%	41,68%
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	480.791	44,37%	-1.124.904	-186,63%	-142,74%
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	602.732	55,63%	1.727.636	286,63%	-65,11%
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.083.523	100,00%	602.732	100,00%	79,77%

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais apresentou um aumento de 59,7%, ou R\$939,1 milhões, passando de um caixa líquido gerado de R\$1.573,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para um caixa líquido gerado de R\$2.512,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, principalmente em decorrência de repasse do aumento dos custos de gás e transporte nas tarifas definidas pela agência reguladora na Comgás em 2019.

Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O caixa líquido proveniente das atividades de investimento passou de um caixa líquido utilizado de R\$1.121,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para um caixa líquido gerado de R\$202,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, principalmente, em decorrência do aumento do saldo de caixa aplicado em TVM (LFTs).

Caixa líquido nas atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento passou de um caixa líquido utilizado de R\$1.576,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para um caixa líquido utilizado de R\$2.233,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, principalmente em decorrência de do maior pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio pela Comgás em 2019.

Caixa e equivalentes de caixa no final do período

O caixa e equivalentes de caixa apresentou um aumento de 79,8%, ou R\$480,8 milhões, passando de R\$602,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.083,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, principalmente em decorrência da geração de caixa operacional.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações da Companhia:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 10.1(h) do Formulário de Referência.

Nossa receita é composta principalmente pelos seguintes itens:

- Receita bruta na distribuição de gás.
- Receita bruta na comercialização de energia, a qual é dividida em (i) mercado de curto prazo; e (ii) operações de trading.
- Receita bruta na prestação de serviços.
- Receita de construção.
- Impostos e deduções sobre vendas.

Nossas subsidiárias têm como atividades principais (i) distribuição de gás natural canalizado em parte do Estado de São Paulo para clientes dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo e cogeração; (ii) trading de energia elétrica e comercialização de gás natural; (iii) infraestrutura em terminal de regaseificação e gasoduto de escoamento offshore; e (iv) geração térmica através do gás natural.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Administração entende que os resultados das operações da Companhia dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foram materialmente afetados pelos reajustes tarifários.

Em 05 de dezembro de 2018, a ARSESP publicou a Deliberação nº 840, que consubstanciou as Consultas Públicas 10, 11 e 12 de 2018, referente à taxa WACC, metodologia aplicável e alteração dos ciclos tarifários, respectivamente.

Em 06 de fevereiro de 2019, a ARSESP divulgou os resultados das Consultas Públicas 10, 11 e 12 de 2018, por meio da publicação da Nota Técnica NT.F-0002-2019 que definiu o custo médio ponderado de capital em 8,27% para o próximo ciclo e a Nota Técnica NT.F-0003-2019 que define a metodologia a ser utilizada no processo de revisão tarifária. Também foi publicada a minuta final do 6º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

A ARSESP anunciou no final do exercício de 2018 o início da revisão tarifária da Comgás que se encerrou em 23 de maio de 2019, conforme divulgado por meio de Fato Relevante pela Comgás. A ARSESP publicou a Nota Técnica Final NTF-0030-2019 e o Relatório Circunstanciado referente à conclusão da 4ª Revisão Tarifária Ordinária da Comgás, compreendida no período de 31 de maio de 2018 à 30 de maio de 2024, em que determinou atualizações para a Margem Máxima (P0), que teve seu valor atualizado para R\$ 0,5182 por metro cúbico, e para o Fator X, que teve o percentual estabelecido de 0,52% ao ano. As tabelas tarifárias atualizadas passam a vigorar a partir de 31 de maio de 2019, após publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Em 01 de fevereiro de 2019, a ARSESP publicou a Deliberação nº 849, que atualizou o custo médio ponderado do gás e transporte contido nas tarifas, que varia de acordo com o preço internacional do petróleo e a taxa de câmbio. Além disso, realizou o repasse do conta corrente regulatório, acumulado dos últimos 12 meses. Houve um aumento médio de 11% para o segmento residencial, 14% para o segmento comercial, 32% para o segmento industrial e 40% para o segmento automotivo (gás natural veicular - GNV).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 26 de fevereiro de 2019, a ARSESP publicou a Deliberação nº 852, que reduziu o percentual de variação das tarifas da Comgás, por meio do diferimento no tempo. As reduções foram aplicadas a todos os segmentos de forma distinta, sendo elas: (3%) no segmento residencial; (4%) para o segmento comercial; (7%) para o segmento industrial; e (8%) para o segmento automotivo, considerando a tarifa aplicada para os postos de combustíveis. O reajuste entrou em vigor em 01 de março de 2019 e foi mantido até a data base de atualização das tarifas da Comgás em 31 de maio de 2019.

Em 23 de maio de 2019, a ARSESP publicou a Nota Técnica Final NTN-0030-2019 e o Relatório Circunstanciado referente à conclusão da 4ª Revisão Tarifária Ordinária da Comgás, compreendida no período de 31 de maio de 2018 à 30 de maio de 2024. A Nota Técnica Final NTF- 0030-2019 determinou, em relação à Margem Máxima (P0), o valor de R\$ 0,5182 por metro cúbico, em moeda de abril de 2018, tendo seu valor reajustado pela variação do IGP-M no período compreendido entre maio de 2018 e abril de 2019 e descontados do Fator X. Para o Fator X, o percentual estabelecido foi de 0,52% ao ano.

Em 31 de maio de 2019, a ARSESP publicou a Deliberação nº 875, com efeitos prospectivos a partir de 01 de junho de 2019, denominada revisão tarifária quinquenal, com alterações nas tarifas da Comgás para todos os segmentos de consumo. Estas alterações são resultado da readequação das margens de distribuição da Comgás, de acordo com processo de Revisão Tarifária e também do repasse dos custos de gás comprados de seu fornecedor.

Em 02 de março de 2020, a ARSESP publicou a Deliberação nº 968, que atualizou o custo médio ponderado do gás e transporte, sobre o repasse das variações do preço do gás e do transporte fixados nas tarifas e sobre as tabelas tarifárias a serem aplicadas pela concessionária.

Em 27 de maio de 2020, a ARSESP publicou a Deliberação nº 995, que atualizou o custo médio ponderado do gás e transporte, sobre o repasse das variações do preço do gás e do transporte fixados nas tarifas, sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – Específico (TUSD-E) a serem aplicadas no mercado livre e sobre as tabelas tarifárias a serem aplicadas pela concessionária a partir de 31 de maio de 2020.

Em 26 de agosto de 2020, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1040, que atualizou o custo médio ponderado do gás e transporte, sobre o repasse das variações do preço do gás e do transporte fixados nas tarifas de usuários não residenciais e não comerciais e sobre as tabelas tarifárias a serem aplicadas pela concessionária a partir de 31 de agosto de 2020.

Em 26 de novembro de 2020, a ARSESP publicou a Deliberação nº 1065, que atualizou o custo médio ponderado do gás e transporte, sobre o repasse das variações do preço do gás e transporte fixados nas tarifas de usuários não residenciais e não comerciais e sobre as tabelas tarifárias a serem aplicadas pela concessionária a partir de 30 de novembro de 2020, revogando a Deliberação nº 1040.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Administração entende que as variações de nossa receita bruta na venda de gás e serviços nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é explicada principalmente pelo repasse do aumento dos custos de gás e transporte nas tarifas, bem como maior volume distribuído no período.

Adicionalmente, a Administração entende que as variações da receita operacional bruta da Companhia no ano de 2020 é explicada principalmente pelos efeitos da pandemia da Covid-19.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As principais taxas indexadoras aplicáveis aos nossos negócios nos últimos três exercícios sociais são o IGP-M, CDI e TJLP:

- IGP-M: Esse índice impacta na margem da Companhia por meio dos reajustes anuais determinados pelo regulador, excluindo o fator de eficiência “fator X”
- CDI: Todos os passivos financeiros de curto prazo e as aplicações financeiras da Companhia, além da proteção da dívida (swaps), estão atrelados à variação do CDI, bem como dívidas de longo prazo em moeda externa que são, obrigatoriamente, trocadas por CDI por meio de instrumentos derivativos.
- TJLP: Como nossa expansão é baseada em financiamentos de longo prazo que, majoritariamente, variam de acordo com a TJLP (empréstimos do BNDES), a variação desta taxa pode afetar significativamente o serviço de nossa dívida.

Taxas de câmbio: Possuímos dívidas em moeda estrangeira, porém todas estão de acordo com nossa política de tesouraria, devidamente protegidas (“swapadas”) para Reais indexados ao CDI.

A inflação afeta nosso desempenho financeiro, aumentando despesas operacionais. Estas despesas operacionais incluem os custos de mão de obra, despesas com vendas, gerais e administrativas. No entanto, a inflação não teve impacto material sobre nossos negócios para os períodos apresentados. Anualmente, o Órgão Regulador da Companhia (ARSESP) corrige a margem bruta da Comgás pela inflação registrada nos últimos 12 (doze) meses.

Os contratos de fornecimento de gás natural, principal insumo da Comgás, têm os preços compostos por duas parcelas: uma indexada a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local. Todas as variações impactam diretamente em nossa margem bruta. Essas variações são capturadas pela conta corrente regulatória que não é contabilizada, porém seu saldo é considerado na construção da tarifa autorizada e revisada pelo órgão regulador anualmente ou quando houver um desequilíbrio econômico financeiro. Esse mecanismo nos confere uma proteção em relação às variações no custo do gás natural.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a. da introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve nos últimos três exercícios sociais a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 14 de janeiro de 2020, a Cosan S.A. contribuiu ao nosso capital social a totalidade das ações que detinha da Comgás, ou seja, 103.699.333 ações ordinárias e 27.682.044 ações preferenciais, equivalentes a 99,15% do capital social, pelo montante de R\$2.861.936.

Em 30 de janeiro de 2020, nossa subsidiária Comercializadora de Gás adquiriu o controle da Black River Participações Ltda. ("Black River") e sua subsidiária Compass Comercializadora de Energia Ltda. ("Compass Comercializadora"), além do controle da Compass Geração Ltda. ("Compass Geração") e da Compass Energia Ltda. ("Compass Energia"), por um valor equivalente a R\$95.000.

Conforme mencionado no item 7 deste Formulário de Referência, as aquisições e reorganização societária mencionadas acima tiveram como objetivo a concentração, na Companhia, de atividades no mercado de gás e energia.

c. dos eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais com efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Período comparativo de 31/12/2020 e 31/12/2019

Nenhuma nova prática foi adotada.

Período comparativo de 31/12/2019 e 31/12/2018

A Companhia adotou, inicialmente a partir de 1º de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2)/ IFRS 16, usando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados à data de adoção, e, portanto, a informação comparativa não foi reapresentada e continua a ser reportada de acordo com o CPC 06 (R1)/ IAS 17 e ICPC 03/ IFRIC 4.

A Companhia arrenda edificações e equipamentos. Os contratos de arrendamento são normalmente celebrados por períodos fixos, mas podem ter opções de extensão. Os termos do arrendamento são negociados individualmente e contêm uma ampla variedade de termos e condições diferentes. Os ativos arrendados não podem ser usados como garantia para fins de empréstimo.

Política contábil adotada a partir de 1º de janeiro de 2019

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado é disponibilizado para uso pela Companhia. Cada pagamento da locação é alocado entre o passivo e o custo financeiro. O custo financeiro é reconhecido no resultado durante o período do arrendamento, de modo a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O ativo do direito de uso é amortizado pelo prazo mais curto entre a sua vida útil e o prazo do contrato de arrendamento, pelo método linear.

Ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil são inicialmente mensurados com base no valor presente.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, incluindo o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos futuros de aluguel, excluindo contraprestações variáveis/ contingentes.

Pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado.

Arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo de locação de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor compreendem equipamentos de informática e pequenos itens de mobiliário de escritório.

As opções de extensão e rescisão estão incluídas em vários arrendamentos de edificações e equipamentos em toda a Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gerenciamento de contratos. A maioria das opções de prorrogação e rescisão são exercíveis somente pelo arrendatário.

Para otimizar os custos de arrendamento durante o período do contrato, a Companhia algumas vezes fornece garantias de valor residual em relação aos arrendamentos de equipamentos.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A adoção da norma CPC 06(R2)/ IFRS 16 afetou principalmente o reconhecimento de arrendamentos para os contratos da Companhia. A Companhia informa que, exceto pelo indicado acima na letra (a), por não haver

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

mudanças relevantes nas práticas contábeis, eventuais impactos de divulgação ou valores já foram considerados nas próprias demonstrações financeiras.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as nossas demonstrações financeiras combinadas carve-out e consolidadas referentes aos períodos findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, não possuem ressalvas nem ênfases.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Administração informa que a preparação das demonstrações consolidadas da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas e reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos, quando aplicável.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações, em todos os aspectos materialmente relevantes, e que as demonstrações consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações, em todos os aspectos materialmente relevantes.

As principais práticas contábeis, descritas a seguir, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, combinadas carve-out e consolidadas, da Companhia.

Contas A Receber De Clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de créditos esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas neste período. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis. A Companhia identificou a taxa de juros implícita no contrato como sendo o fator mais relevante e, conseqüentemente, ajusta as taxas de perdas históricas com base nas mudanças esperadas nesse fator.

Receita não faturada

Receita de gás não faturada refere-se ao volume de gás fornecido para o qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês.

O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. A subsidiária Comgás acredita que, com base em sua experiência histórica com operações similares, o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais.

Mensurações De Valor Justo Reconhecidas

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros. Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- i. O uso de preços de mercado cotados.
- ii. Para swaps usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de observáveis no mercado.
- iii. Para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado.

Ativos Intangíveis

Ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão

Possuímos um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível.

Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão, necessários para a distribuição de gás, é depreciado pelo período no qual se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para a Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelo órgão regulador para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço ao Poder Concedente e a receita relacionada é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são capitalizados. Não reconhecemos margem na construção da infraestrutura. Os intangíveis em andamento são mensurados ao custo e capitalizados à medida em que estão disponíveis para uso da concessão.

Contratos com clientes

Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseado nas vidas úteis estimadas, a partir da data em que estão disponíveis para uso.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A amortização dos ativos intangíveis reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros pela Companhia, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura.

A amortização dos ativos intangíveis é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Compromissos

O saldo desta conta é considerado como um ativo ou passivo de acordo com o plano de contas regulatório e não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também internacionais (IFRS), uma vez que sua respectiva realização/ liquidação depende de deliberações da agência regulatória. Em 30 de junho de 2020, os ativos/passivos setoriais foram reconhecidos nas demonstrações financeiras em função da deliberação 1.010 de 10 de junho de 2020 que assegura o direito de recobrar dos consumidores ou obriga a devolução desses montantes um ano antes do encerramento do contrato de concessão.

Imposto De Renda E Contribuição Social

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido.

Imposto de renda e contribuição social corrente

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Imposto de renda e contribuição social diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

Riscos fiscais

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

Provisão Para Demandas E Depósitos Judiciais

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Benefícios Pós-Emprego

Prática Contábil

O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela administração em cada data de balanço.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Oferece os seguintes benefícios pós-emprego: Assistência à saúde, concedida aos ex- empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de pós-emprego de benefícios definidos é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós- emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

Pagamento Com Base Em Ações

Transações Liquidadas Em Ações

O custo de transações liquidadas com ações com executivos é mensurado por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data em que são concedidos, e é reconhecido como despesa durante o período de aquisição, que termina na data em que os empregados têm direito ao prêmio. Um crédito correspondente é reconhecido no patrimônio líquido.

O modelo Black-Scholes foi utilizado na estimativa do valor justo das opções negociadas sem restrições de aquisição de direitos. O modelo requer o uso de premissas subjetivas, incluindo a volatilidade esperada do preço da ação, a vida esperada da opção de compra de ações ou a concessão de ações e dividendos.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

A Companhia não detém ativos e passivos não declarados em seu balanço patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não detém demais itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável tendo em vista que a Companhia não detém itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável tendo em vista que a Companhia não detém itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável tendo em vista que a Companhia não detém itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. investimentos

Com 4 verticais de negócios estrategicamente localizadas ao longo de toda a cadeia de valor do gás natural, acreditamos que a Compass é uma das pioneiras no movimento de estabelecer uma plataforma no centro da transformação da indústria, de tal forma que captura benefícios da abertura do mercado em todas as verticais.

As 4 verticais de negócios da Companhia são:

- (i) “Infraestrutura” – que compreende infraestrutura de coleta do gás natural do pré-sal e do mercado internacional e escoamento para a costa, bem como terminais de Regaseificação do GNL (Gás Natural Liquefeito) oriundo de importações;
- (ii) “Distribuição” – que compreende as atividades de distribuição de gás encanado através da maior empresa do setor no Brasil, a Comgás;
- (iii) “Geração térmica a gás natural e comercialização de energia” – que engloba as atividades de transformação de gás em eletricidade de forma eficiente bem como comercialização da energia no mercado;
- (iv) “Comercialização de gás” – que engloba a comercialização do gás através da expertise reconhecida da Companhia e atuação nacional aliada ao conhecimento da Comgás e sua base de clientes.

Infraestrutura

No Brasil, historicamente o segmento de infraestrutura de gás é centralizado na Petrobras, sendo atualmente composto pelos sistemas (i) offshore Rotas (1, 2 e 3) e (ii) por cinco redes de gasodutos onshore (NTS, TAG, TBG, TSB e GDO), totalizando aproximadamente 9,4 mil km. A Petrobras detém ainda o controle dos três terminais de importação de GNL no Brasil, com capacidade total de 41 milhões de m³/dia.

A Petrobras vem gradualmente promovendo o desinvestimento desses ativos e saída do segmento de transporte, como parte do TCC assinado com o CADE, já tendo transferido ao controle privado a NTS e a TAG. Adicionalmente, a Petrobras se comprometeu a disponibilizar a capacidade não utilizada para outros produtores, o que contribuirá significativamente para a abertura do mercado e aumento da competição, com a entrada de novas companhias.

O cenário global de oferta abundante tem estimulado o desenvolvimento de terminais de regaseificação de GNL por grupos privados e a expectativa do enorme volume de gás do pré-sal tornará necessária a ampliação da rede de escoamento offshore para viabilizar a produção do pré-sal. Assim, enxergamos que existe uma convergência de fatores que criam um momento extremamente favorável para a maior participação de players privados, como a Compass, neste segmento.

Estamos desenvolvendo dois grandes projetos de infraestrutura de gás natural: o Terminal de Regaseificação de São Paulo (“TRSP”), para importação de GNL, e o Rota 4, gasoduto de escoamento para a produção de gás do pré-sal.

Esperamos que o TRSP seja localizado no Porto de Santos, com uma capacidade de regaseificação nominal licenciada de 14 milhões de m³/dia, armazenamento de 173.400 m³ e um investimento aproximado de R\$ 670 milhões. Temos o interesse em manter uma participação majoritária no ativo e iremos financiá-lo parte com capital próprio e parte com capital de terceiros. Tal investimento é estudado desde 2016. Pretendemos que o TRSP seja operado pela Compass, em um modelo de afretamento do Floating Storage Regasification Unit (“FSRU”), embarcação especializada na regaseificação do GNL. Esperamos que o projeto seja remunerado pela regaseificação e permita o nosso acesso ao gás internacional e preços competitivos, o que entendemos permitirá criação de importante opcionalidade e flexibilidade para nossa estratégia de diversificação de suprimento e maximização de competitividade.

Também estamos desenvolvendo o Rota 4, conectando os poços de produção da bacia de Santos ao continente, onde construiremos uma Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN). Conforme publicado pela Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”), esse projeto possui duas alternativas, o Rota 4a,

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

ligado a Cubatão (SP) e o Rota 4b, ligado ao Porto de Itaguaí (RJ). A capacidade licenciada é de 21 milhões de m³/dia, com extensão de 267 km e um investimento aproximado de R\$ 8 bilhões a partir de 2024, cujos recursos esperamos obter no futuro, e o qual temos interesse em desenvolver juntamente com parceiros estratégicos mantendo uma participação minoritária. Este investimento vem sendo estudado desde 2012 e encontra-se em fase de licenciamento. Temos a expectativa de início das operações a partir de 2027 e acreditamos que o projeto será remunerado pelo escoamento e pelo processamento do gás natural, por um provável modelo de tolling, firmando contratos com produtores, comercializadoras ou distribuidoras de gás. Esperamos que o Rota 4 permita o nosso acesso ao gás competitivo do pré-sal, também um importante passo na nossa estratégia de diversificação de suprimento.

Acreditamos que o TRSP e o Rota 4 são estrategicamente complementares, pois possuem perfil de suprimento e flexibilidade diferentes e alto valor para formação do nosso portfólio. Acreditamos que a produção esperada do pré-sal de gás associado ao petróleo deve encontrar demanda firme para que a operação não sofra interrupções, e que a importação de GNL permite maximizar a flexibilidade, oferecendo melhor gestão das oscilações e oportunidades de demanda do mercado.

Distribuição de Gás

A atividade de distribuição de gás natural no Brasil é regulada por órgãos estaduais que definem, entre outros critérios, a metodologia para reajuste tarifário, metas de investimento e de expansão da rede e metas de eficiência. A Compass atua nesse segmento através da sua controlada Comgás.

A Comgás atua com um propósito de levar mais conforto para as pessoas, mais eficiência para os negócios e desenvolvimento para as cidades. A cultura organizacional tem ainda como pilares a Segurança, a Eficiência e os nossos Clientes, de forma a buscar a excelência, por meio do trabalho de pessoas engajadas com o nosso propósito. A expansão eficiente da infraestrutura da Comgás é pilar fundamental da criação de condições adequadas e que viabilizem o máximo aproveitamento da oferta competitiva de gás natural alinhados com o Novo Mercado de Gás.

A presença estatal ainda é dominante no setor através do controle acionário da grande maioria das concessionárias. O Brasil possui 27 concessionárias de distribuição de gás em 24 das 27 unidades federativas, sendo que apenas 4 delas são controladas por grupos privados. No atual governo, além da saída da Petrobras do segmento até 2021, de acordo com o TCC assinado junto ao CADE, diversos estados já anunciaram o interesse em privatizar suas distribuidoras. Nesse sentido, acreditamos que o segmento de distribuição passará por um movimento de consolidação e aumento da participação de grupos privados.

Nosso foco no segmento de Distribuição passa diretamente pela execução do plano regulatório da Comgás e avaliação seletiva de aquisições e privatizações, buscando ampliar nossa atuação nesse mercado e replicando o modelo de negócios de sucesso da Comgás.

Geração termoelétrica e comercialização de energia

Segundo o Plano Decenal de Energia 2029, publicado pela EPE em 2019, espera-se que Brasil apresente uma expansão de potência instalada para térmicas a gás de 23 GW, o que representa um aumento de sua participação na matriz elétrica de 8% para 16% do total da capacidade de geração. Caso esse plano se concretize, o gás natural terá um papel chave na matriz energética, pois além de substituir fontes de energia mais poluentes, como o carvão e o óleo combustível, também traz confiabilidade ao sistema elétrico, uma vez que complementa as fontes renováveis intermitentes, como a solar e eólica, ajudando a atender picos de demanda de energia.

Nosso foco consiste em avaliar o potencial desenvolvimento de um portfólio de geração térmica, podendo ser realizado juntamente com parceiros estratégicos. Nosso objetivo é de maximizar a demanda de gás em nosso

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

segmento de Comercialização de gás, na qual cada 1 GW de potência instalada consome aproximadamente 4,3 milhões de m³/dia de gás natural quando em despacho. Também avaliaremos seletivamente oportunidades de aquisição no setor.

O modelo de negócios consiste em contratos de longo prazo de venda de energia no mercado regulado (Power Purchase Agreement – “PPA”), com a remuneração da disponibilidade e dos despachos inflexível e flexível. Pela nossa plataforma complementar de trading de energia elétrica, também há a eventual oportunidade de despacho voluntário e remuneração via preços de energia spot, o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), quando viabilizarmos gás competitivo para garantir a rentabilidade dessa operação.

Atualmente, estamos desenvolvendo dois projetos de térmicas a gás natural próprios e outros com parceiros, com objetivo de participar dos próximos leilões de energia nova e existente realizados pelo MME.

Adicionalmente à estratégia de atuação no mercado regulado, enxergamos uma enorme oportunidade no mercado livre. Existe atualmente a discussão da Modernização do Setor Elétrico, coordenado pelo MME e que conta com a participação da EPE, Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). Em 10 de março de 2020, o Senado aprovou o Projeto de Lei do Senado (PLS) 232/16, sobre a redução do limite mínimo de consumo para a migração ao mercado livre de energia, o que aumenta significativamente o universo de consumidores que poderiam optar por uma modalidade de contratação bilateral, diretamente com o provedor da energia. Consequência direta dessa redução seria o estímulo a atividade de comercialização de energia seja diretamente pelos geradores ou através de comercializadoras capazes de centralizar uma demanda mais fragmentada.

Com o objetivo de desenvolver o mercado livre de energia elétrica, em janeiro de 2020, fizemos a aquisição da Compass Comercialização. A Compass Comercializadora de Energia foi fundada em 2009 e tem como pilar principal a expertise de análise estatística e probabilística que consolidou modelos proprietários de formação de preços e posicionamento de trading de energia. Essa aquisição adicionou ao nosso portfólio a experiência e pioneirismo da abertura do mercado livre de energia elétrica, onde diversos fatores e experiências podem ser aplicados ao desenvolvimento do mercado livre de gás natural.

Com as transformações no mercado global de gás natural e as iniciativas do Novo Mercado de Gás, acreditamos que há um grande potencial de crescimento da demanda de gás e no desenvolvimento do mercado livre. De acordo com o MME, em 2019 houve um consumo de 40 milhões de m³/dia de gás natural pelo mercado cativo das distribuidoras do país. Com a abertura desse mercado e considerando a evolução e a curva de crescimento do mercado livre de energia elétrica, acreditamos que em 10 anos, o consumo livre de gás possa atingir 16 milhões de m³/dia, segundo estimativas próprias baseadas no comportamento do setor elétrico durante o seu processo de abertura. Adicionalmente, a Petrobras figura como a principal fornecedora de gás para as distribuidoras com contratos que expirarão entre 2020 e 2024, representando uma demanda de mais de 25 milhões de m³/dia para ser potencialmente atendida por novos fornecedores.

O nosso modelo de negócios na Comercialização de gás consiste em construir um robusto portfólio de suprimento diversificado, flexível e competitivo e comercializar o gás para grandes clientes consumidores, distribuidoras de gás e térmicas a gás, de modo a otimizar a oferta e a demanda de gás natural nos próximos anos. Nossa expertise e experiência no relacionamento com clientes B2B em diferentes negócios no Grupo Cosan, em especial o nosso posicionamento nos segmentos de Distribuição de gás e Geração, potencializam a escala de nossas ambições no segmento. A credibilidade inerente da nossa vasta experiência no setor adiciona valor para os nossos stakeholders de tal forma que nossos fornecedores precisam de demanda firme para o gás e nossos consumidores precisam de segurança de suprimento para suas atividades.

Em suprimento, no momento estamos avançando nas negociações de contratos de fontes diversificadas, dentre elas GNL, gás boliviano e gás do pré-sal, com diferentes fornecedores. Na demanda, estamos negociando contratos de gás de longo prazo com distribuidoras e potenciais clientes livres. Por fim, também estamos avançando em discussões quanto ao acesso a infraestrutura de terceiros, hoje em sua maioria controlada pela Petrobras, para terminais de regaseificação, gasodutos de transporte, gasodutos de escoamento e plantas de processamento de gás existentes.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Nossos investimentos em ativos intangíveis e ativos de contrato, incluindo aquisições foram de R\$ 1.006,9 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, R\$775,8 milhões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em comparação com R\$531,7 milhões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não adquiriu plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente sua capacidade produtiva.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não desenvolveu nem mantém em desenvolvimento novos produtos ou serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevanteInformações Financeiras Consolidadas da Companhia

Ao longo do item 10, apresentamos as informações financeiras combinadas carve-out, que compreendem: (i) ativos, passivos e resultados reportados pela Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS (“Comgás”); (ii) balanços históricos carved-out do direito de concessão da Comgás realizado pela Cosan S.A.; e (iii) ativos, passivos e resultados reportados pela entidade legal Compass Gás e Energia S.A. e suas controladas. Abaixo, apresentamos, com base nas informações consolidadas da Companhia, as Demonstrações do Resultado e o Balanço Patrimonial referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

(em R\$ milhares)	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Despesas gerais e administrativas	(2.614)	—
Despesas operacionais	(2.614)	—
Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos	(2.614)	—
Despesas financeiras	(1)	(1)
Resultado financeiro líquido	(1)	(1)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(2.615)	(1)
Diferido	889	—
Imposto de renda e contribuição social	889	—
Prejuízo do exercício	(1.726)	(1)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(em R\$ milhares)	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	113	114
Ativo circulante	113	114
Imposto de renda e contribuição social diferidos	889	—
Ativo não circulante	889	-
Total do ativo	1.002	114
Passivos		
Pagáveis a partes relacionadas	2.616	102
Total do passivo	2.616	102
Patrimônio líquido		
Capital social	105	5
Lucros (prejuízos) acumulados	(1.719)	7
Total do patrimônio líquido	(1.614)	12
Total do passivo e patrimônio líquido	1.002	114